

Relatório Anual Consolidado 2014

Itau BBA International plc



Índice

	Page
RELATÓRIO ANUAL CONSOLIDADO	
Introdução	3
Relatório Estratégico	5
Antecedentes do Banco	5
Organograma	5
Modelo de Negócio e Estratégia	6
Indicadores de Desempenho	8
Avaliação do Desempenho	9
Resultados	9
Capital	11
Análise por Segmentos de Negócio	13
Gestão de Risco	15
Perspectivas para 2015	27
Relatório dos Directores	28
Demonstrações Financeiras Consolidadas	30
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	35
Relatório dos auditores independentes	94
Contactos	96

Relatório Anual Consolidado

Introdução

Os directores apresentam o seu Relatório Estratégico e Relatório dos Directores, seguido pelas demonstrações financeiras consolidadas auditadas do Itau BBA International plc ("IBBAInt", "Itau BBA UK" ou "Banco") e suas subsidiárias (em conjunto o "Grupo"), e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

O Grupo apresenta em documento separado divulgações adicionais em matéria de informação de capital regulatório e gestão de riscos (Pillar 3). O Pillar 3 é publicado em www.itaubba.co.uk.

Bases de apresentação

As abreviaturas 'USD'000', 'USD m' e 'USD bn' representam milhares, milhões e milhares de milhões de dólares americanos, respectivamente.

Declarações prospectivas

Este documento contém declarações prospectivas com relação ao negócio, estratégia e planos do Grupo, seus objectivos, e expectativas actuais relacionadas com a sua situação financeira e desempenho futuros.

As declarações que não sejam factos históricos são declarações prospectivas. Estas declarações são baseadas em planos actuais, estimativas, suposições e projecções do Banco. Essas expectativas e projecções estão sujeitas a riscos e incertezas significativos e podem não se confirmar. Portanto, nenhuma confiança indevida deve ser colocada sobre as mesmas. As declarações prospectivas são válidas apenas para a data em que são feitas, e o Banco não assume nenhuma obrigação de actualizar qualquer uma delas à luz de novas informações ou eventos futuros.

Declarações prospectivas envolvem riscos inerentes. Muitos factores podem afectar o desempenho futuro dos negócios do Grupo. Estes factores incluem, mas não estão limitados a:

- factores externos adversos, como um declínio no valor, ou a cessação do uso, do euro, as mudanças nos requisitos de capital ou liquidez aplicáveis aos bancos, a flutuação das taxas de juro, uma recessão prolongada, crescimento económico baixo ou instável, um declínio na procura de serviços ou produtos de investimento, e o aumento da regulação sobre produtos de investimento;
- factores adversos no mercado interno ou em países onde o Grupo tem exposição ao risco, tais como o aumento da inflação, perdas de crédito inesperadas, aumento dos custos, altas taxas de juro e volatilidade da taxa de câmbio, e mudanças nas leis e regulamentos;
- outros factores adversos, tais como eventos políticos, hostilidades internas ou internacionais e incerteza política; e

- mudanças nas leis, regulamentos, normas contábilísticas ou fiscais, os efeitos da concorrência e as ações dos concorrentes, e outros factores.

expert PDF
Trial

Relatório Estratégico

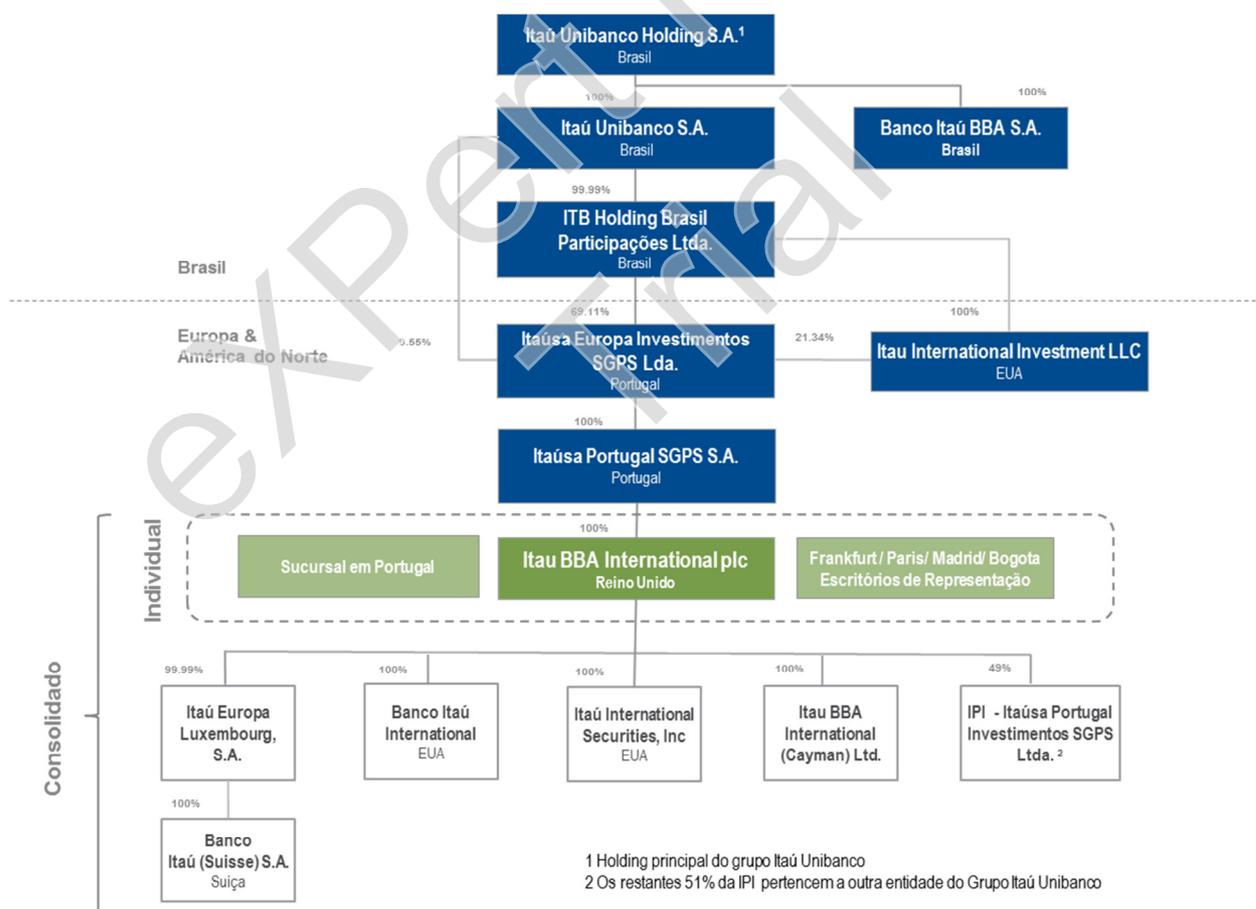
Antecedentes do Banco

O Banco é uma sociedade anónima constituída segundo as leis da Inglaterra e País de Gales, com o registo comercial número 7425398, autorizada pela *Prudential Regulation Authority* ("PRA") e regulada pela *Financial Conduct Authority* ("FCA") e pela PRA.

O banco é uma subsidiária totalmente detida pela Itaúsa Portugal, SGPS, S.A., uma sub-holding portuguesa. A Itaúsa Portugal é detida indirectamente pela Itaú Unibanco Holding S.A., sociedade por acções listadas publicamente com sede no Brasil e que detém, *inter alia*, o Itaú Unibanco S.A. (a sua unidade de banca comercial) e o Banco Itaú BBA S.A. (a sua unidade de banca de investimento). O Itaú Unibanco e as suas subsidiárias são colectivamente referidas como o "Grupo Itaú". O Grupo Itaú é o maior conglomerado financeiro da América Latina com mais de 93 mil empregados e operações em 20 países nas Américas, Ásia e Europa.

O IBBAInt possui subsidiárias bancárias nos EUA (Miami) e Suíça (Zurique) e subsidiárias não-bancárias no Luxemburgo e nas Ilhas Cayman – que formam o Grupo, como demonstrado no organograma abaixo.

Organograma



Itaú BBA International plc | The Broadgate Tower, Level 20 | 20 Primrose Street, London | EC2A 2EW | tel +44(0)207 663 7830 | fax +44(0)207 663 7831

Authorised by the Prudential Regulation Authority and regulated by the Financial Conduct Authority and the Prudential Regulation Authority | Registered in England and Wales Nr.07425398

Modelo de Negócio e Estratégia

No Reino Unido, o IBBAInt atua no segmento *corporate & investment banking* ("CIB"), onde o foco estratégico é em grandes grupos económicos e em negócios transfronteiriços entre os mercados desenvolvidos e a América Latina. As actividades são apenas corporate, sem depósitos de retalho retidos.

O IBBAInt é também a entidade que detém as subsidiárias de *private banking* em Miami e Zurique, o canal de distribuição principal para as actividades do International Private Banking ("IPB") do Grupo Itaú. A actividade IPB do Grupo Itaú detém uma posição de liderança no mercado latino-americano.

Tanto no CIB como no IPB, o foco é em negócio transfronteiriço entre a América Latina e o hemisfério norte (especialmente a Europa e os EUA), no sentido de obter vantagem da liderança de mercado do Grupo Itaú no Brasil e a sua crescente expansão na América Latina.

Corporate & Investment Banking (CIB)

A estratégia do Grupo Itaú é adquirir um profundo conhecimento das empresas com que transacciona, de modo a proporcionar soluções orientadas e diferenciadas, oferecendo uma variedade de produtos financeiros, desde produtos simples até alternativas estruturadas mais complexas.

O modelo de negócio do IBBAInt é desenvolvido para oferecer uma cobertura geográfica europeia para clientes CIB, com recursos baseados em Londres, Lisboa, Madrid, Frankfurt e Paris, permitindo ao Grupo Itaú obter uma abrangência comercial mais eficiente para empresas e clientes institucionais.

Os produtos e serviços são oferecidos tanto a organizações Latino-Americanas com o objectivo de dominar o negócio na Europa, como empresas multinacionais que pretendem operar na América Latina. Estes produtos e serviços incluem o seguinte:

- Produtos de crédito em geral, garantias, compromissos, etc, num formato bilateral ou através de um regime de sindicância com outras instituições;
- Derivados financeiros, nomeadamente instrumentos de cobertura para risco de taxa cambial e taxa de juro de subsidiárias na América Latina;
- Assessoria em processos de investimento / desinvestimento na América Latina;
- Serviços de consultoria, através de unidades do Grupo Itaú, na contratação de financiamento local para subsidiárias de clientes europeus na América Latina;
- Assistência em relação aos produtos e serviços oferecidos às filiais de clientes europeus na América Latina (por exemplo, gestão de caixa, câmbios, etc).

O IBBAInt proporciona estruturas que permitem aos clientes operar com diversos produtos disponíveis no mercado brasileiro, nomeadamente Non-Deliverable Forwards, Swaps e Swaps Cambiais, e oferece uma ampla gama de produtos especialmente desenvolvidos para atender às necessidades dos investidores interessados neste mercado.

International Private Banking (IPB)

A área de *Private Banking* do Grupo Itaú é responsável por serviços de gestão de activos focados em indivíduos latino-americanos com grande poder aquisitivo. É dedicada ao fornecimento de serviços financeiros de consultoria e gestão de activos de clientes da América Latina, por meio de um conjunto abrangente, diversificado e especializado de produtos e serviços bancários, que incluem uma gestão de investimentos personalizada, produtos estruturados, fundos mutualistas, planeamento imobiliário e diversos produtos de crédito e capital. Os clientes do Itaú Private Bank são maioritariamente do Brasil, mas cada vez mais incluem clientes de outros países Latino-Americanos.

As subsidiárias do *private banking* do IBBAInt - Banco Itaú International e Itaú International Securities localizadas em Miami, nos Estados Unidos, e o Banco Itaú (Suisse) S.A., com a sua sede em Zurique, Suíça – estão alinhadas com e são gerencialmente parte do Itaú Private Bank, possibilitando o acesso a produtos internacionais e oportunidades de investimento aos clientes de *private banking*.

O serviço de aconselhamento é prestado por equipas experientes de *relationship managers*, apoiados por especialistas em investimento que fornecem a solução mais adequada de acordo com o perfil de risco de cada cliente.

Em Dezembro de 2014, os activos consolidados sob gestão do IBBAInt atingiram USD15 mil milhões.

Indicadores de Desempenho

Indicadores-chave de desempenho

USD'000	31.12.14	31.12.13	% Variação
Resultado líquido	12.530	23.524	(46,7%)
Rácio de eficiência	80,6%	81,9%	
ROE	1,2%	2,3%	
ROA	0,2%	0,4%	
Activos sob gestão	14.568.249	14.976.779	(2,7%)
Carteira de crédito	5.705.661	5.396.609	5,7%
<i>Non Performing Loans (NPL)</i>	8.449	9.622	(12,2%)
NPL / Crédito a clientes	0,2%	0,3%	
Rácio de cobertura	145,2%	74,8%	
Rácio Common Equity tier 1	18,1%	18,6%	
Rácio Tier 1	17,8%	18,1%	
Rácio de solvabilidade	10,5%	11,3%	

Outros indicadores de desempenho

USD'000	31.12.14	31.12.13	% Variação
Crédito a clientes	4.534.808	3.784.277	19,8%
Imparidade	12.265	7.194	70,5%
Crédito com imparidade	8.449	9.622	(12,2%)
<i>Pool</i> de liquidez ¹	1.297.633	1.148.353	13,0%
Recursos de Clientes	2.774.571	2.304.088	20,4%

¹ A pool de liquidez compreende caixa e disponibilidades em Bancos Centrais e colaterais específicos altamente líquidos retidos pelo banco como uma contingência que permite cash outflows no caso de existirem condições de stress dos mercados.

Avaliação do Desempenho

Resultados

O detalhe dos resultados consolidados e os indicadores de rentabilidade são apresentados como segue:

Resultados

USD'000	31.12.14	31.12.13	% Variação
Margem financeira	74.133	66.513	11,5%
Comissões líquidas	124.383	116.092	7,1%
Resultados em operações financeiras	14.293	23.689	(39,7%)
Outros proveitos operacionais	12.781	8.467	51,0%
Resultado operacional	225.590	214.761	5,0%
Imparidade e outras provisões líquidas	(20.294)	(4.746)	327,6%
Resultado operacional líquido	205.296	210.015	(2,2%)
Despesas operacionais	(181.904)	(175.851)	3,4%
Resultado de empresas associadas	40	50	(20,0%)
Resultado antes de impostos	23.432	34.214	(31,5%)
Impostos sobre os lucros	(10.901)	(10.689)	2,0%
Resultado atribuível a accionistas	12.531	23.525	(46,7%)
Interesses não controlados	(1)	(1)	0,0%
Resultado líquido	12.530	23.524	(46,7%)
	32.824	28.270	16,1%

Indicadores de rentabilidade

	31.12.14	31.12.13
Rácio de eficiência	80,6%	81,9%
ROE	1,2%	2,3%
ROA	0,2%	0,4%

O resultado líquido consolidado no ano de 2014 foi de 12,5 USD m, 46,7% inferior ao de 2013. Excluindo imparidades, o Grupo obteve um resultado líquido de USD 32,8 m, 16,1% superior ao ano anterior, derivado da

expansão do portfólio de crédito e uma margem financeira mais elevada. O total do resultado operacional aumentou 5,0% de um ano para o outro para USD 225,6 m.

Este aumento nas receitas foi suportado por um aumento na margem financeira de 11,5%, sobretudo devido às nossas operações de CIB. Este aumento compensou substancialmente a redução de ganhos com operações financeiras geradas pelo *Client Desk* e pela Tesouraria em 2014 quando comparado com 2013, 39,7% decréscimo anual.

A 7 de Janeiro de 2014, o negócio de corretagem gerido por outra empresa do Grupo Itaú, Itaú BBA UK Securities Ltd. ("IBBA UK Securities"), foi transferido para o Banco. Este novo negócio explica o aumento anual de 51,0% em outros proveitos operacionais assim como as receitas relacionadas de serviços de corretagem são geradas através de contractos intra-grupo entre o Banco e outras entidades do Grupo Itaú.

Apesar da integração do IBBA UK Securities no Banco, o nível do custo aumentou moderadamente, como consequência de uma redução de custos que o Grupo conseguiu no segmento IPB.

A eficiência melhorou ligeiramente, resultando num rácio de eficiência de 80,6%, ligeiramente melhor que o de 2013 (81,9%), dado o aumento nas receitas (5,0% anual) relativamente ao aumento das despesas operacionais (3,4% anual).

A perda significativa por imparidades de USD 20,3 m é derivada de quatro empréstimos a clientes dentro do segmento CIB. Tal como em 31 de Dezembro de 2014, o Grupo não tem exposição líquida de crédito a estes empréstimos, sendo que três foram vendidos em 2014 e o restante tem 100% de imparidade registada.

Capital

Os objectivos do Grupo na gestão de capital são: (i) cumprir com os requisitos de capital definidos pelos reguladores dos mercados financeiros onde as entidades do Grupo operam; (ii) salvaguardar a capacidade do Grupo de modo a que possa continuar a entregar resultados aos accionistas e benefícios a outras partes interessadas; e (iii) manter uma base sólida de capital para suportar o desenvolvimento do seu negócio.

Composição do capital regulatório

USD m	31.12.14	31.12.13	% Variação
Common Equity Tier 1	933	891	4,7%
Capital permanente	600	600	0,0%
Resultados e outras reservas	417	392	6,4%
Activos intangíveis	(84)	(101)	(16,8%)
Ajustamentos de avaliação prudencial	(1)	-	0,0%
Capital tier 2	16	22	(27,3%)
Capital regulatório total	949	913	3,9%
Requisitos de capital	419	394	6,3%
Activos ponderados pelo risco ¹	5.232	4.919	6,4%
Rácio Common equity tier 1	17,8%	18,1%	
Rácio de solvabilidade	18,1%	18,6%	

¹ Requisitos de capital x 12.5

Em 31 de Dezembro de 2014, os rácios consolidados de capital mantêm-se sólidos, com um rácio total de capital de 18,1% (2013:18,6%), sendo que o Grupo conseguiu expandir o seu portfólio apoiado pelo resultado líquido gerado no ano anterior.

O aumento de 3,9% do capital regulatório total de 2013 para 2014 é atribuído à inclusão do resultado líquido positivo consolidado em 2013. Os activos ponderados pelo risco (RWA) aumentaram em 6,4% durante o ano, sobretudo reflectindo o aumento do crédito a clientes CIB, que se expandiu em USD 520 m.

Embora esteja previsto uma expansão forte do nosso negócio, a solvabilidade do Grupo deverá manter-se em níveis muito confortáveis num futuro próximo.

Activos ponderados pelo risco - Risco de crédito

USD m	31.12.14			31.12.13		
	Valor de balanço	Peso médio	Activos ponderados pelo risco	Valor de balanço	Peso médio	Activos ponderados pelo risco
Activos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais e outros bancos	1.747	9,8%	171	1.792	11,6%	208
Crédito a Clientes	4.535	83,1%	3.768	3.784	86,6%	3.278
Títulos Non-Trading	664	0,8%	5	591	2,9%	17
Títulos Trading	657	11,1%	73	412	16,3%	67
Outros activos tangíveis	20	100,0%	20	22	100,0%	22
Goodwill e activos intangíveis	96	0,0%	-	101	0,0%	-
Investimentos em associadas e subsidiárias	28	100,0%	28	32	100,0%	32
Activos por impostos	17	152,9%	26	31	0,0%	-
Outros activos	33	100,0%	33	35	100,0%	35
Total do activo	7.797	52,9%	4.124	6.800	53,8%	3.659
Garantias	362	80,7%	292	292	90,1%	263
Compromissos	809	37,9%	307	1.321	34,8%	460
Total de extrapatrimoniais	1.171	51,2%	599	1.613	44,8%	723
Total de activos ponderados pelo risco - Risco de crédito	8.968	52,7%	4.723	8.413	52,1%	4.382
Requisitos de capital - Risco de crédito			378			351

Requisitos de capital

USD m

Por tipo de risco:

	31.12.14	31.12.13
Risco de crédito	378	351
Risco de mercado	10	13
Risco de taxa de juro	3	6
Risco cambial	5	7
Credit Value Adjustment	2	-
Risco operacional	31	30
Total	419	394

Análise por Segmentos de Negócio

Resultados

USD'000	CIB			IPB		
	31.12.14	31.12.13	% Variação	31.12.14	31.12.13	% Variação
Resultado líquido	(14.706)	4.841	(403,8%)	27.196	18.633	46,0%
Resultado operacional líquido	72.535	69.025	5,1%	153.775	146.380	5,1%
Margem financeira	41.855	34.596	21,0%	32.278	31.917	1,1%
Comissões líquidas	9.667	9.627	0,4%	114.716	106.465	7,7%
Resultados em operações financeiras	12.656	22.805	(44,5%)	1.637	884	85,2%
Outros proventos operacionais	8.357	1.997	318,5%	5.144	7.114	(27,7%)
Imparidades e outras provisões	(20.294)	(4.771)	325,4%	-	25	(100,0%)
Despesas operacionais	(66.871)	(56.620)	18,1%	(115.753)	(119.875)	(3,4%)
Rácio de eficiência	92,2%	82,0%		75,3%	81,9%	
ROE	(2,9%)	1,0%		5,5%	3,8%	

Balança

USD m	CIB			IPB		
	31.12.14	31.12.13	% Variação	31.12.14	31.12.13	% Variação
Total do Activo	4.636	4.321	7,3%	3.249	2.704	20,2%
Activos sob gestão (AuM)	-	-	-	14.568	14.977	(2,7%)
Garantias e compromissos	990	1.139	(13,1%)	181	476	(62,0%)
Carteira de crédito	3.845	3.474	10,7%	1.861	1.925	(3,3%)
Crédito a clientes	2.855	2.335	22,3%	1.680	1.449	15,9%
Non Performing Loans (NPL)	8	10	(20,0%)	-	-	-
Imparidade de crédito	12	7	71,4%	-	-	-
Imparidade de NPL	8	3	166,7%	-	-	-
Recursos de Clientes	201	201	-	2.606	2.095	24,4%
Rácio Loan-to-Deposit				64,5%	69,2%	
Rácio Loan-to-W/holesale funding	90,0%	76,8%				
Crédito a clientes / Total do activo	61,6%	54,0%		51,7%	53,6%	
Imparidade de crédito / NPL	150,0%	70,0%		-	-	
NPL / Crédito a clientes	0,3%	0,4%		-	-	

Corporate & Investment (CIB)

O resultado líquido do CIB para 2014 totalizou um prejuízo líquido de USD 14,7 m, significativamente impactado por imparidades. O resultado operacional líquido aumentou 5,1% anualmente para USD 72,5 m, sendo que a expansão do portfólio de crédito em empresas da América Latina suportou um aumento de 21,0% na margem financeira para USD 41,9 m. O resultado líquido em operações financeiras diminuiu para USD 12,7 m derivado de um decréscimo nas áreas de *Client Desk* e Tesouraria. As comissões líquidas mantiveram-se em níveis similares, aumentando apenas em 0,4%. Por último, os outros proveitos operacionais aumentaram para USD 8,4 m, como consequência da transferência do negócio de corretagem do IBBA UK Securities para o Banco.

Imparidade e provisões líquidas de USD 20,3 m em 2014 advêm da imparidade de quatro empréstimos a clientes, dos quais três foram vendidos e o restante tem imparidade registrada a 100%.

O aumento de 18,1% anual nas despesas operacionais do CIB é devido à transferência do negócio da IBBA UK Securities para o Banco e custos com pessoal na expansão da equipa de CIB.

Apesar do aumento do resultado operacional, o nível de custos mais elevado teve um impacto negativo no rácio de eficiência do segmento CIB de 82,0% (2013) para 92,2% (2014).

International Private Banking (IPB)

O resultado operacional líquido do IPB para 2014 foi de USD 153,8 m, 5,1% mais elevado que em 2013.

As comissões líquidas tiveram um aumento de 7,7%, sobretudo derivado de comissões mais elevadas de indicação de clientes por parte dos fundos de investimento.

O rácio de eficiência do segmento IPB melhorou de 81,9% para 75,3% derivado da diminuição das despesas operacionais da subsidiária do Luxemburgo (cujo negócio foi efectivamente transferido para a subsidiária suíça em 2014), juntamente com o aumento do resultado operacional líquido acima citado. O projecto para a consolidação do negócio IPB europeu em Zurique, através do Banco Itaú (Suisse) SA, foi completada com sucesso em Maio de 2014 com o retorno da licença bancária pela subsidiária do Luxemburgo para o regulador local (*Commission de Surveillance du Secteur Financier – CSSF*).

Gestão de Risco

O risco é parte inerente do negócio bancário. O Grupo Itaú considera a gestão de risco como um instrumento essencial para otimizar o uso dos seus recursos e seleccionar as melhores oportunidades de negócios, a fim de maximizar a criação de valor para os accionistas no longo prazo. O Banco gere o risco no contexto da estrutura de gestão de risco do Grupo Itaú.

A estrutura de gestão de risco do Banco é projectada para assegurar uma apropriada identificação, avaliação, monitoramento e gestão de cada um dos diversos tipos de riscos subjacentes às suas actividades em base consolidada, permitindo assim o crescimento sustentado do negócio. O apetite ao risco aprovado pelo Conselho de Administração é disseminado pelo Banco todo, inclusive pela definição de limites de risco para as linhas de negócio, pessoas jurídicas, categorias de risco específicos, concentrações e outros níveis, e está alinhado com a estratégia de negócio.

O Conselho de Administração tem total responsabilidade por garantir que o Banco mantém um quadro eficaz de gestão de risco. O Conselho de Administração tem poderes reservados para aprovar: (i) a estratégia do Banco e revisão da sua entrega; (ii) o apetite ao risco; (iii) o Plano de Capital; e (iv) a nomeação e destituição do *Chief Risk Officer* ("CRO").

O *Board Risk and Capital Committee* ("CCR") é responsável por monitorar o apetite ao risco e supervisionar o estabelecimento de sistemas e controlos apropriados (incluindo políticas, procedimentos e estruturas de governança) para garantir que os principais riscos são geridos de forma eficaz.

Sob a autoridade do Conselho de Administração, a Comissão Executiva é responsável pela gestão diária dos riscos em conformidade com o apetite ao risco aprovado pelo Conselho de Administração.

Através da aprovação de políticas de risco, procedimentos e estruturas de governança (tais como o *Risk, Assets and Liabilities Committee*, *Products Committee* e o *Credit Committee*), a Comissão Executiva visa assegurar que o apetite ao risco aprovado pelo Conselho de Administração é traduzido em limites de risco e embutido no planeamento estratégico e financeiro, nos processos de decisão e nas decisões de compensação. O Conselho de Administração mantém a responsabilidade final pela gestão de risco.

Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas associadas: (i) ao incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às suas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização do contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) aos benefícios concedidos na renegociação ou (v) aos custos de recuperação.

O Grupo estrutura os níveis de risco de crédito que assume colocando limites aos riscos aceites de um cliente ou grupo de clientes ou de um segmento de negócio. Esses riscos são monitorados numa base contínua e sujeitos a revisão periódica. Os limites são definidos levando-se em consideração o risco de crédito, risco-país e risco sectorial. A exposição ao risco de crédito é gerida através de uma análise periódica da capacidade dos

clientes para satisfazer as suas obrigações em matéria de reembolso de capital e juros, pela mudança de limites de financiamento, sempre que necessário, e pela obtenção de colaterais e garantias.

a) Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela seguinte apresenta o pior cenário em termos de exposição do Grupo ao risco de crédito em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, sem levar em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito associadas. Para os activos em balanço, a exposição é baseada em valores contábeis líquidos apurados no balanço patrimonial. Os investimentos em empresas associadas, o *goodwill*, os activos tangíveis e intangíveis, activos por impostos e outros activos, estão excluídos do quadro, uma vez que são considerados activos sem risco de crédito. Os títulos de negociação são também excluídos, uma vez que o risco é transferido para os investidores (ver nota 6 às Demonstrações Financeiras). Além da exposição de risco de crédito no balanço, o Grupo assume a exposição ao risco de crédito em relação aos itens classificados em contas extrapatrimoniais, ou seja, garantias prestadas e compromissos irrevogáveis.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31.12.14	%	31.12.13	%
USD m				
Saldos em Bancos Centrais	1.030	13,9%	571	8,9%
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	276	3,7%	158	2,5%
Derivados	460	6,2%	253	3,9%
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	717	9,7%	1.221	19,0%
Crédito a Clientes	4.535	61,2%	3.784	59,0%
Activos financeiros disponíveis para venda	388	5,3%	432	6,7%
	7.406	100,0%	6.419	100,0%
Exposições extrapatrimoniais:				
Garantias Institucionais	362		292	
Compromissos irrevogáveis	724		1.017	

b) Sistema de *rating* interno

O Grupo implementou uma escala de *rating* interno que permite a equivalência entre as classificações internas e as avaliações externas. Esta equivalência é estabelecida através de probabilidades de incumprimento, sendo o modelo de *rating* interno calibrado para ser equivalente ao *rating* externo.

Em 31 de Dezembro de 2014, a composição da carteira de crédito por *ratings* internos é como segue. É importante mencionar que as exposições *Private Banking* representam cerca de 32.6% desta carteira (31.12.13: 35.6%) e não têm classificações internas de *rating*, dado que são na sua maioria garantidas por depósitos ou títulos ao justo valor.

Carteira de crédito por *rating* interno

	31.12.14	%	31.12.13	%
USD m				
Rating interno ¹				
Aaa to Aa4	175	3,1%	240	4,4%
A1 to A4	479	8,4%	373	6,9%
Baa1 to Baa4	2.089	36,6%	2.053	38,1%
Ba1 to Ba6	1.057	18,5%	722	13,4%
B1 to B4	24	0,4%	-	0,0%
Inferior a B4	11	0,2%	72	1,3%
Sem <i>rating</i>	11	0,2%	14	0,3%
<i>Private Banking</i> ²	1.860	32,6%	1.923	35,6%
Total Pórtfolio Crédito	5.706	100,0%	5.397	100,0%

¹ A monitorização e a mensuração das metodologias de risco de crédito usadas pelo Grupo são estabelecidas em coordenação com um sistema de *rating* interno, sob o qual quanto maior o risco, menor a exposição permitida. Todas as entidades às quais é atribuído um limite de crédito, têm um *rating* atribuído de acordo com o seu nível de risco.

² Corresponde a créditos, garantias, compromissos e derivados fechados com clientes *Private Banking*, os quais se encontram colateralizados por depósitos ou títulos ao justo valor.

c) Qualidade da carteira de crédito a clientes

A carteira de crédito a clientes é analisada como segue:

Qualidade da carteira de crédito a clientes

	31.12.14	31.12.13
USD m		
Crédito a clientes:		
- Não vencidos e não em imparidade	4.538	3.788
- Vencidos mas não em imparidade	14	-
- Em imparidade	8	10
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(13)	(7)
Valor bruto do crédito a clientes	4.547	3.791
Imparidade do crédito	(12)	(7)
Valor líquido do crédito a clientes	4.535	3.784

Os empréstimos vencidos mas não constituídos como NPL de USD 14 m (31.12.13: nil) foram totalmente colateralizados por títulos ou depósitos ao justo valor e não estiveram em dívida por um período superior a 90 dias.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor de crédito em imparidade corresponde a uma operação de crédito concedido a uma filial de uma empresa espanhola no montante de 7 EUR m, equivalente a 8 USD m em

31.12.14 e a 10 USD m em 31.12.13. Em 31 de Dezembro de 2014 este crédito está 100% em imparidade (31.12.13: 30%).

Os créditos a clientes que tenham sido reestruturados deixam de ser considerados como vencidos e são tratados como novos empréstimos. Os procedimentos de reestruturação incluem: acordos de extensão de pagamentos, planos de gestão externa aprovados, modificação e diferimento de pagamentos. As políticas e práticas de reestruturação são baseadas em critérios que, pelo critério da gestão local, indicam que o pagamento provavelmente irá continuar. Essas políticas são mantidas sob constante revisão. Em 31 de Dezembro de 2014, o valor renegociado dos créditos reestruturados, que de outra forma estariam vencidos ou em imparidade, totaliza 62,9 USD m (31.12.13: 90,6 USD m).

d) Qualidade da carteira de títulos

A tabela seguinte apresenta uma análise das carteiras de títulos disponíveis para venda e ao justo valor através de resultados, baseada em *ratings* da *Standard & Poor* ou seus equivalentes:

Qualidade da carteira de títulos

USD m	Activos financeiros disponíveis para venda		Activos financeiros ao justo valor através de resultados	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
AAA	2	305	-	-
AA+ a AA-	356	59	40	46
A+ a A-	-	5	-	-
BBB+ a BBB-	27	60	236	112
Inferior a BBB-	3	3	-	-
Sem rating	-	-	-	-
Total	388	432	276	158

e) Risco País

A política de concessão de crédito do IBBAInt também se reflecte na selecção rigorosa da exposição ao risco-país. A exposição do IBBAInt aos mercados emergentes está essencialmente concentrada no Brasil (15,4%), beneficiando do vasto conhecimento e ampla penetração de mercado do Grupo Itaú.

Exposição a risco-país

USD m	Bancos Centrais	Aplicações em Bancos	Crédito a clientes	Títulos	Derivados	Garantias e compromissos	Exposição total ¹			
							31.12.14	%	31.12.13	%
Países da Zona Euro seleccionados										
França	-	35	124	50	37	197	443	5,3%	411	5,4%
Holanda	-	44	300	57	4	-	405	4,8%	390	5,2%
Alemanha	-	48	284	-	1	1	334	4,0%	506	6,7%
Luxemburgo	-	73	107	-	-	38	218	2,6%	195	2,6%
Espanha	-	5	156	-	3	54	218	2,6%	316	4,2%
Itália	-	-	37	27	-	6	70	0,8%	82	1,1%
Bélgica	-	-	-	62	-	-	62	0,7%	68	0,9%
Portugal	1	-	11	3	-	-	15	0,2%	375	5,0%
	1	205	1.019	199	45	296	1.765	21,0%	2.343	31,1%
Outros países										
EUA	883	298	178	227	32	351	1.969	23,5%	1.518	20,1%
Brasil	-	60	982	236	15	-	1.293	15,4%	784	10,4%
Reino Unido	-	51	-	-	290	144	485	5,8%	454	6,0%
Suíça	146	68	89	2	34	50	389	4,6%	226	3,0%
Noruega	-	2	73	-	4	23	102	1,2%	68	0,9%
Chile	-	-	10	-	-	75	85	1,0%	158	2,1%
Equador	-	-	70	-	-	15	85	1,0%	-	0,0%
Israel	-	-	32	-	-	-	32	0,4%	-	0,0%
Bermudas	-	-	71	-	-	-	71	0,8%	-	0,0%
Argentina	-	-	53	-	-	-	53	0,6%	43	0,6%
Singapura	-	-	50	-	-	-	50	0,6%	79	1,0%
Panamá	-	-	37	-	-	-	37	0,4%	-	0,0%
Suécia	-	-	-	-	-	36	36	0,4%	41	0,5%
Bahamas	-	21	-	-	-	-	21	0,3%	10	0,1%
Cayman	-	1	-	-	19	-	20	0,3%	1	0,0%
Perú	-	-	-	-	16	-	16	0,2%	-	0,0%
Canadá	-	8	-	-	2	-	10	0,1%	2	0,0%
Dinamarca	-	-	4	-	-	-	4	0,1%	50	0,7%
Austrália	-	2	-	-	-	-	2	0,1%	-	0,0%
México	-	1	-	-	-	-	1	0,0%	32	0,4%
Colômbia	-	-	-	-	-	-	-	0,0%	1	0,0%
	1.029	512	1.649	465	412	694	4.761	56,8%	3.467	45,8%
Private Banking²										
	-	-	1.680	-	3	181	1.864	22,2%	1.738	23,1%
	1.030	717	4.349	664	460	1.171	8.390	100,0%	7.548	100,0%

¹ Exposição do Grupo em termos de país de residência de contraparte final de risco de crédito (total de activos, garantias e compromissos, líquido de mitigadores de risco, e excluindo investimentos em associadas, tangíveis, intangíveis e outros activos, goodwill, compromissos revogáveis, cartas-compromisso e títulos de negociação cujo risco é transferido para investidores).

² Corresponde a créditos, garantias, compromissos e derivados fechados com clientes *Private Banking*, os quais se encontram colateralizados por depósitos ou títulos ao justo valor.

f) Risco Sectorial

O nível de concentração por sector de actividade revela valores bastante diversificados, sem concentrações significativas.

Exposição a risco sectorial

USD m	Ativos e aplicações em IC's e BC's	Credito a clientes	Garantias e compromissos	Títulos e derivados	Exposição total ¹			
					31.12.14	%	31.12.13	%
Soberanos	1.030	-	-	661	1.691	20,2%	1.133	15,0%
Instituições financeiras	717	105	-	209	1.031	12,3%	1.447	19,2%
Petróleo e gás	-	599	100	19	718	8,6%	591	7,8%
Automóvel e autopeças	-	373	153	-	526	6,3%	536	7,1%
Metalurgia e siderurgia	-	310	28	-	338	4,0%	211	2,8%
Alimentos e bebidas	-	156	120	-	276	3,3%	285	3,8%
Electrónica	-	142	89	-	231	2,8%	121	1,6%
Construção pesada	-	161	17	-	178	2,1%	227	3,0%
Retalho	-	93	85	-	178	2,1%	30	0,4%
Comunicações	-	87	82	-	169	2,0%	299	4,0%
Trading	-	161	-	-	161	1,9%	108	1,4%
Fertilizantes	-	36	73	-	109	1,3%	75	1,0%
Maquinaria e equipamento pesado	-	-	100	-	100	1,2%	50	0,7%
Materiais de construção	-	78	15	-	93	1,1%	116	1,5%
Açúcar e etanol	-	87	-	-	87	1,0%	44	0,6%
Química e petroquímica	-	18	50	-	68	0,8%	54	0,7%
Serviços - Outros	-	32	25	4	61	0,7%	83	1,1%
Energia	-	10	36	-	46	0,5%	182	2,4%
Logística	-	36	-	-	36	0,4%	39	0,5%
Celulose e papel	-	8	-	-	8	0,1%	66	0,9%
Imobiliário	-	-	-	-	-	0,0%	2	0,0%
Private Banking ²	-	1.680	181	229	2.090	24,9%	1.738	23,0%
Outros	-	176	17	2	195	2,4%	111	1,5%
	1.747	4.348	1.171	1.124	8.390	100,0%	7.548	100,0%

¹ Exposição do Grupo em termos de risco do devedor imediato, classificada por sector de actividade (total de activos, garantias e compromissos, líquido de mitigadores de risco, e excluindo investimentos em associadas, tangíveis, intangíveis e outros activos, goodwill, compromissos revogáveis, cartas-com-promisso e títulos de negociação cujo risco é transferido para investidores.

² Corresponde a créditos, garantias, compromissos e derivados fechados com clientes *Private Banking*, os quais se encontram colateralizados por depósitos ou títulos ao justo valor.

Risco de Mercado

O risco de mercado refere-se à possibilidade de perdas resultantes da flutuação no valor de mercado de posições detidas pelo Banco, geralmente causadas por variações nas taxas de câmbio, taxas de juro, preços de acções, índices de preços e preços das *commodities*, além de vários índices sobre estes factores de risco.

O IBBAInt implementou uma nova estrutura de risco de mercado, que visa captar todas as dimensões de risco relevantes usando um conjunto abrangente de medidas de risco, limites e controles. Esta estrutura compreende ambos os níveis agregados e granulares das métricas, limites e controles. VaR Paramétrico (99% de nível de confiança, período de detenção de 1 dia) e cenários de *stress* são as principais métricas num nível agregado, e sensibilidades e valor de mercado / nocional por divisa são as principais métricas num nível granular.

A exposição de risco de Mercado tem em consideração um conjunto de instrumentos financeiros, incluindo derivados, compostos por diferentes factores de risco. Os principais factores de risco do IBBAInt são taxas de

juro e taxas cambiais (pequeno ou nenhum risco de mercado accionista e de *commodities*) decorrentes de actividade *non-trading*, uma vez que o Banco não possui posições de negociação.

A tabela seguinte demonstra os valores médios de *Value at Risk* (VaR). Os níveis de risco de Mercado mantiveram-se baixos durante o ano.

Risco de mercado - VaR

USD'000	valores médios			
	1º semestre	2º semestre	2014	2013
Risco de taxa de juro	248	175	211	463
Risco cambial	356	172	262	645
Risco de preço de acções	6	9	8	18
Total VaR	610	356	481	1.126

A tabela seguinte resume a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013. Inclui os activos e passivos financeiros (excluindo os detidos para negociação) do Grupo, a valor contábil, categorizados pela mais recente das datas de *repricing* e de vencimento.

Risco de taxa de juro

USD m	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	31.12.14 Total
Activos financeiros (excluindo de negociação)							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.030	-	-	-	-	-	1.030
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	122	-	64	90	-	-	276
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	588	38	70	21	-	-	717
Crédito a Clientes	1.130	1.583	1.036	751	46	(11)	4.535
Activos financeiros disponíveis para venda	-	25	19	344	-	-	388
Total	2.870	1.646	1.189	1.206	46	(11)	6.946
Passivos financeiros (excluindo de negociação)							
Recursos de outras Instituições de Crédito	116	417	281	-	-	-	814
Recursos de Clientes e outros empréstimos	2.612	35	128	-	-	-	2.775
Responsabilidades representadas por títulos	161	798	504	758	39	-	2.260
Passivos subordinados	-	30	-	-	-	-	30
Total	2.889	1.280	913	758	39	-	5.879
Gap de taxa de juro por período	(19)	366	276	448	7		
Gap de taxa de juro acumulado	(19)	347	623	1.071	1.078		
31.12.13							
USD m	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activos financeiros (excluindo de negociação)	2.607	1.387	1.099	993	88	(8)	6.166
Passivos financeiros (excluindo de negociação)	2.384	763	941	1.011	39	-	5.138
Gap de taxa de juro por período	223	624	158	(18)	49		
Gap de taxa de juro acumulado	223	847	1.005	987	1.036		

A análise de sensibilidade abaixo considera um choque de 100 pontos base nas taxas de juro de mercado baseado numa avaliação estática do portfólio (não tem em consideração acções por parte da gestão para mitigar perdas potenciais).

Risco de taxa de juro - DV + 100 bp

USD'000	2014	2013
USD	855	3.326
EUR	(2.202)	(4.402)
Outras moedas	(554)	(99)
Total	(1.901)	(1.175)

O risco cambial da carteira do Banco é monitorizado diariamente. Em termos de risco de conversão de moeda, a política conservadora do Grupo é particularmente evidente, considerando a gestão e mitigação dos riscos decorrentes da sua actividade.

A 31 de Dezembro de 2014, a posição líquida em moeda estrangeira, bem como o impacto sobre o lucro líquido antes de impostos de uma depreciação de 10% USD face a estas moedas, é mostrada na tabela seguinte (não tem em consideração as acções por parte da gestão para mitigar perdas potenciais):

Risco Cambial

USD'000	2014			2013		
	Posição Longa	Posição Curta	Impacto	Posição Longa	Posição Curta	Impacto
Euros	-	(6.410)	(641)	-	(4.921)	(492)
Reais do Brasil	1.565	-	157	-	(2.939)	(294)
Libras Esterlinas	-	(8.313)	(831)	-	(4.140)	(414)
Franco Suiços	-	(15.410)	(1.541)	-	(36.827)	(3.683)
Outras moedas	97	-	10	833	-	83
Total	1.662	(30.133)	(2.846)	833	(48.827)	(4.800)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de não ter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações na data de vencimento, ou só poder assegurar esses recursos a um custo excessivo. Ela ocorre como resultado de desequilíbrios entre activos negociáveis e passivos exigíveis, descasamento de maturidades e/ou moedas.

O Grupo tem uma combinação de políticas para a gestão da sua liquidez e risco de financiamento em conformidade com o apetite ao risco e em conformidade com as normas do PRA. Esta estrutura de risco de

liquidez é gerida com prudência, principalmente através de projecções de fluxos de caixa contratuais e comportamentais sob uma variedade de cenários de *stress* contra os recursos de liquidez disponíveis (pool de liquidez). Estes cenários cobrem uma range idiossincrática, em todo o mercado e combinados (prescrito pelo PRA) e eventos de *stress* específicos da empresa. O Grupo tem mantido o seu *superavit* de liquidez sob estes cenários de stress a um nível eficiente.

No segmento de *corporate e investment banking*, o Grupo obtém financiamento oferecendo produtos a clientes do *private banking* bem como a contrapartes do mercado *corporate*.

O Grupo tem um volume elevado de depósitos de clientes, representando 47,2% do total do *funding* (31.12.13: 44,8%) sobretudo das operações do IPB.

Notas estruturadas emitidas pelo Banco representam cerca de 36,5% do total do *funding* no final de 2014 (2013: 34,0%). Este tipo de financiamento permitiu ao Grupo responder às necessidades dos clientes IPB e simultaneamente diversificar as origens de financiamento do Grupo. O portfólio de notas estruturadas é um financiamento de médio/longo-prazo estável, diversificado através de diferentes tipos de estrutura (crédito, cambial, capital, índice e afecto a taxas de juro) e subjacentes.

O Grupo tem como expectativa aumentar e diversificar as fontes de financiamento, por tipo, região e carteira de clientes nos anos que se aproximam.

Composição do Funding

USD m	31.12.14	%	31.12.13	%
Wholesale funding				
Recursos de Instituições de Crédito	814	13,8%	900	17,5%
Responsabilidades representadas por títulos				
<i>Floating Rate Notes</i>	5	0,1%	6	0,1%
Certificados de Depósito	109	1,9%	151	3,0%
Notas estruturadas	2.146	36,5%	1.747	34,0%
Passivos subordinados	30	0,5%	30	0,6%
	3.104	52,8%	2.834	55,2%
Recursos de Clientes	2.775	47,2%	2.304	44,8%
Funding total	5.879	100,0%	5.138	100,0%

Indicadores de funding

USD m	31.12.14	31.12.13	% Variação
<i>Funding total</i>	5.879	5.138	14,4%
<i>Wholesale Funding</i>	3.104	2.834	9,5%
do qual:			
<1 ano maturidade residual	1.231	1.155	
>1 ano maturidade residual	1.873	1.679	
Recursos de Clientes	2.775	2.304	20,4%
Rácio <i>Loan-to-Deposit</i>	163,4%	164,2%	
Rácio <i>Loan-to-Wholesale funding</i>	146,1%	133,5%	

O pool de liquidez do Grupo a 31 de Dezembro de 2014 foi USD 1.298 m (31.12.13: USD 1.148 m). O pool de liquidez representa os recursos não onerados, em montante e qualidade, disponíveis imediatamente para fazer face aos *outflows* num evento de *stress* de liquidez.

Pool de liquidez

USD m	31.12.14 Pool de liquidez ¹	%	31.12.13 Pool de liquidez ¹	%
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	771	59%	350	30%
Activos financeiros				
Obrigações de emissores públicos				
Rating AAA	284	22%	304	26%
Rating AA+ a AA-	112	9%	333	30%
Outras obrigações de emissores públicos	131	10%	136	12%
Outras	-	0%	25	2%
	527	41%	798	70%
Total	1.298	100%	1.148	100%

¹ Considera apenas activos não onerados.

O RALCO (*Risks, Assets and Liabilities Committee*) monitoriza e analisa posições de liquidez, respectivos controlos e planos de contingência através de reuniões mensais. O Banco mantém um Plano de Financiamento de Contingência (*Contingency Funding Plan - CFP*), proporcional à complexidade, natureza, dimensão e perfil de negócio, garantindo que tem recursos de liquidez suficientes para cumprir as suas responsabilidades no caso de qualquer cenário de *stress* de liquidez se materializar. O CFP enquadra-se no quadro de gestão do risco de liquidez projectado do Banco para atender os requisitos da PRA e está em linha com a Política de Gestão de Risco de Liquidez. O CFP fornece soluções e processos de escalonamento para resolver um período de *stress* de liquidez de curto prazo ou prolongado. O CFP também define os recursos de liquidez para fazer face às

responsabilidades do Banco, mantendo o seu nicho de mercado, protegendo a sua reputação e recuperando o negócio para o seu funcionamento normal.

A tabela seguinte analisa os activos e passivos do Grupo por grupos relevantes de maturidade, com base na data prevista de pagamento, aceitação ou vencimento das operações. Os derivados levam em consideração todos os fluxos de caixa futuros existentes e os depósitos de clientes à vista, tendo em conta os requisitos da IFRS 7, foram incluídos na coluna "Até 1 mês".

Risco de liquidez em 31.12.2014

USD m	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.14 Total
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	29	47	7	46	67	196
Recursos de outras Instituições de Crédito	90	43	535	146	-	814
Recursos de Clientes e outros empréstimos	2.610	36	129	-	-	2.775
Responsabilidades representadas por títulos	37	83	447	1.654	39	2.260
Passivos subordinados	-	-	-	30	-	30
Outros passivos	160	54	4	12	-	230
Total de passivos financeiros	2.926	263	1.122	1.888	106	6.305
Total de activos financeiros	2.567	1.045	843	2.371	337	7.163
Gap de liquidez por período	(359)	732	(279)	483	231	858
Gap de liquidez acumulado	(359)	423	144	627	858	
Derivados de negociação						
Fluxo positivo	415	275	214	155	8	1.067
Fluxo negativo	(412)	(267)	(214)	(154)	(7)	(1.054)
Total	3	8	-	1	1	13

Risco de liquidez em 31.12.2013

USD m	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	31.12.13 Total
Passivos						
Passivos financeiros detidos para negociação	2	6	28	100	22	158
Recursos de outras Instituições de Crédito	62	252	259	344	-	917
Recursos de Clientes e outros empréstimos	2.062	78	139	4	-	2.283
Responsabilidades representadas por títulos	76	90	426	1.309	39	1.940
Passivos subordinados	-	-	-	30	-	30
Outros passivos	58	23	-	11	-	92
Total de passivos financeiros	2.260	449	852	1.798	61	5.420
Total de activos financeiros	2.190	1.027	652	2.234	308	6.411
Gap de liquidez por período	(70)	578	(200)	436	247	991
Gap de liquidez acumulado	(70)	508	308	744	991	
Derivados de negociação						
Fluxo positivo	261	474	57	100	11	903
Fluxo negativo	(267)	(486)	(53)	(101)	(11)	(918)
Total	(6)	(12)	4	(1)	-	(15)

Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de perda resultante de processos internos inadequados ou deficientes, pessoas e sistemas, eventos externos, fraudes internas e externas. O risco operacional incide sobre os riscos decorrentes das pessoas, dos sistemas e dos processos através dos quais o Banco actua. Também inclui outras classes de risco, tais como os riscos legais (risco de perda resultante de falha no cumprimento das leis, de padrões éticos prudentes e de obrigações contratuais, e exposição a litígios), riscos físicos ou ambientais (por exemplo, o terrorismo, desastres naturais), risco de reputação e risco estratégico.

A estrutura de gestão de risco operacional do Banco considera as actividades de identificação, mensuração, monitoramento, reporte e mitigação com a finalidade de manter as perdas dentro do nível aceitável definido no apetite de risco aprovado pelo Conselho de Administração. Estas actividades são suportadas pela governança, sistemas e infra-estruturas e documentação, incluindo a Política de Gestão de Risco, Gestão de eventos de risco e recolha de dados de perdas operacionais, e o Procedimento de Indicador de Risco.

Em linha com o modelo das três linhas de defesa, os chefes das áreas de negócio e de suporte são responsáveis pela gestão dos riscos operacionais e pela implementação de controlos de primeira linha. Todos os funcionários do Banco são obrigados a frequentar acções de formação proporcionadas pelo gestor de risco operacional, com vista a aumentar ainda mais a sua consciência em torno de questões de risco operacional. A segunda linha de defesa é realizada principalmente pela área de Gestão de Risco e *Compliance*. São responsáveis pela supervisão do risco, políticas, monitoramento e orientação de *compliance*. Definem a metodologia e políticas para identificar, avaliar, monitorizar e reportar riscos. Uma revisão independente e objectiva das duas primeiras linhas de defesa é efectuada pela Auditoria Interna de forma a assegurar ao Conselho de Administração que as actividades do Banco estão alinhadas com o apetite de risco, requisitos legais e regulatórios.

Perspectivas para 2015

Em 2015 continuaremos a conduzir o nosso negócio em linha com a nossa missão: ser o banco de opção no que diz respeito à América Latina para as grandes empresas e investidores no Hemisfério Norte, e o banco europeu de eleição para os nossos clientes latino-americanos. Em 2014, apesar de um ambiente macroeconómico desafiante, o Banco deu passos concretos para atingir esse objectivo. Efectuámos um progresso significativo com os nossos clientes principais e implementámos inúmeras acções de forma a consolidar a nossa plataforma e simplificar a nossa estrutura. A nossa forte governança e controle, abordagem pró-activa ao risco, capital sólido e posições de liquidez e a nossa capacidade única para entender o mercado latino-americano, deixa-nos confiantes de que iremos ultrapassar com sucesso os desafios que se avizinham.

Entre os desafios antecipados para 2015 temos a combinação das taxas de juro mais baixas na Europa com as taxas de juro mais altas no Brasil, que poderá afectar negativamente a nossa competitividade no mercado Europeu. Outros riscos de negócio que o Banco enfrentará este ano incluem potenciais diminuições de *rating* do nosso portfólio de crédito derivado do cenário económico no Brasil e na zona Euro, e redução do volume de crédito, fusões e aquisições e actividades de mercado de capitais.

Estamos a acompanhar atentamente estes riscos, e cremos profundamente que estamos bem posicionados para entregar negócio significativo e um acréscimo nos lucros, apesar destes factores. A nossa motivação e optimismo advêm do compromisso extraordinário das nossas equipas e o seu conhecimento profundo dos mercados onde operamos, as iniciativas em curso para otimizar a nossa estrutura, reduzir custos operacionais e melhorar a nossa eficiência global. Acima de tudo, a nossa confiança é sustentada pelo suporte continuado do Grupo Itaú, cuja liderança como um banco global latino-americano foi notavelmente reafirmado em 2014.

Finalmente, uma palavra de agradecimento aos nossos clientes, cuja satisfação com o serviço e produtos que oferecemos confere sustentabilidade aos nossos resultados e nos motiva a servi-los ainda melhor.

Pelo Conselho de Administração:

Charles Stewart - Director e CEO

Data: 16 Abril 2015

Relatório dos Directores

Directores

Os seguintes directores exerceram funções durante todo o ano e na data da aprovação deste relatório (salvo indicação em contrário):

Director	Cargo	Nomeação
Candido Botelho Bracher	Presente Não-Executivo	24-set-2012
Alberto Fernandes	Não-Executivo	24-set-2012
Alfredo Egidio Setubal	Não-Executivo	24-set-2012
Charles Fyfe Stewart	Executivo – CEO	16-jul-2013
Eduardo Massilli Vassimon	Não-Executivo	22-mai-2013
Gay Huey-Evans	Não-Executivo*	24-set-2012
Paulo Jorge dos Santos Lopes	Executivo	24-set-2012
Renato Lulia Jacob	Executivo	24-set-2012
Ricardo Villela Marino	Não-Executivo	24-set-2012
Robert Mark Pickering	Não-Executivo*	24-set-2012

* Gay Huey-Evans e Robert Mark Pickering são directores independentes não-executivos à luz dos critérios de independência definidos pelo UK Governance Code.

Seguros e indemnizações aos Directores

A Itaú Unibanco Holding S.A., empresa-mãe do Grupo Itaú, mantém um seguro de responsabilidade civil para benefício dos membros de gestão do Itaú Unibanco Holding S.A e suas subsidiárias, incluindo, portanto, os directores do Banco e das suas subsidiárias.

Os directores também têm o benefício da provisão para indemnização contida nos estatutos do Banco, em vigor durante 2014 e actualmente.

Capital social

Informação sobre o capital social é apresentada na Nota 25 às Demonstrações Financeiras Consolidadas e é incorporada neste relatório por referência.

Resultados e dividendos

A demonstração dos resultados consolidados do Grupo apresenta um lucro para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 de USD 12.530 milhares (31.12.13: USD 23.524 milhares).

Durante o ano de 2014, o Banco não pagou dividendos ao accionista único (2013: nil). Nenhum dividendo com relação a 2014 está proposto para ser pago.

Itaú BBA International plc | The Broadgate Tower, Level 20 | 20 Primrose Street, London | EC2A 2EW | tel +44(0)207 663 7830 | fax +44(0)207 663 7831

Authorised by the Prudential Regulation Authority and regulated by the Financial Conduct Authority and the Prudential Regulation Authority | Registered in England and Wales Nr.07425398

Declaração quanto à divulgação de informações aos auditores

Até onde os directores têm conhecimento, não há nenhuma informação de auditoria relevante (conforme definido pelo Artigo 418 do *Companies Act 2006*) de que os auditores do Banco não tenham conhecimento, e cada director tomou todas as medidas que deveria ter tomado enquanto director para ter conhecimento de qualquer informação de auditoria relevante e providenciar que os auditores do Banco estão cientes dessas informações.

Declaração de Responsabilidade dos Directores

Os directores são responsáveis pela preparação do Relatório Estratégico, do Relatório dos Directores e das demonstrações financeiras, em conformidade com a lei e regulamentos aplicáveis. A legislação comercial exige que os directores preparem demonstrações financeiras para cada exercício. Sob esta lei, os directores optaram por elaborar as demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e aprovadas pela UE. Sob esta lei os directores não devem aprovar as demonstrações financeiras a menos que estejam convencidos de que elas dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação da empresa e do lucro ou prejuízo da mesma para esse período. Na preparação das demonstrações financeiras, os directores são obrigados a:

- seleccionar políticas contabilísticas adequadas e aplicá-las de forma consistente;
- fazer julgamentos e estimativas contábeis que sejam razoáveis e prudentes;
- indicar se as normas contabilísticas aplicáveis foram seguidas, sujeitas a eventuais desvios materiais divulgados e explicados nas demonstrações financeiras;
- elaborar as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade, a menos que seja inapropriado considerar que a empresa vai continuar no negócio.

Os directores consideram que o princípio contabilístico da continuidade é apropriado dado que não há incertezas materiais relacionadas com os eventos que possam suscitar dúvidas significativas acerca da capacidade do Banco em continuar a sua actividade.

Os directores são responsáveis por manter registos contabilísticos adequados que sejam suficientes para evidenciar e explicar as operações do Banco e divulgar com precisão razoável, a qualquer momento, a posição financeira do Banco, e capacitá-los para garantir que as demonstrações financeiras estão de acordo com o *Companies Act 2006*. São também responsáveis pela salvaguarda dos activos do Banco e, portanto, pela tomada das medidas necessárias para a prevenção e detecção de fraudes e outras irregularidades.

Pelo Conselho de Administração:

Charles Stewart - Director e CEO

Data: 16 Abril 2015

Itaú BBA International plc | The Broadgate Tower, Level 20 | 20 Primrose Street, London | EC2A 2EW | tel +44(0)207 663 7830 | fax +44(0)207 663 7831

Authorised by the Prudential Regulation Authority and regulated by the Financial Conduct Authority and the Prudential Regulation Authority | Registered in England and Wales Nr.07425398



Demonstrações Financeiras 2014

Itaú BBA International plc

Balanço Consolidado

USD'000	Nota	31.12.14	31.12.13
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	5	1.030.226	571.094
Activos financeiros detidos para negociação	6	195.901	158.774
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	275.784	158.276
Derivados	8	460.230	253.465
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	9	716.940	1.221.044
Crédito a Clientes	10	4.534.808	3.784.277
Activos financeiros disponíveis para venda	11	387.672	432.369
Outros activos tangíveis	12	19.656	21.699
Goodwill e activos intangíveis	13	96.323	100.754
Investimentos em associadas e subsidiárias	14	28.443	32.346
Activos por impostos correntes		6.538	13.858
Activos por impostos diferidos	15	10.768	17.140
Outros activos	16	33.218	34.886
Total do Activo		7.796.507	6.799.982
PASSIVO			
Passivos financeiros detidos para negociação	17	195.787	158.541
Derivados	8	446.182	288.438
Recursos de outras Instituições de Crédito	18	814.265	899.818
Recursos de Clientes e outros empréstimos	19	2.774.571	2.304.088
Responsabilidades representadas por títulos	20	2.259.901	1.904.488
Provisões	30	308	163
Passivos por impostos correntes		7.091	16.231
Passivos por impostos diferidos	22	12.504	10.615
Passivos subordinados	21	30.055	30.059
Outros passivos	23	225.492	173.765
Total do Passivo		6.766.156	5.786.206
CAPITAIS PRÓPRIOS			
Capital	25	600.000	600.000
Reservas de reavaliação	26	393	(4.829)
Outras reservas	27	493.845	493.269
Resultados transitados		(63.909)	(74.681)
Total dos Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas do Grupo		1.030.329	1.013.759
Interesses não controlados	28	22	17
Total dos Capitais Próprios		1.030.351	1.013.776
Total do Passivo e dos Capitais Próprios		7.796.507	6.799.982

As demonstrações financeiras nas páginas 31 a 98 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 16 de Abril de 2015 e foram assinadas em seu nome por:

Charles Stewart - Director e CEO

Itaú BBA International plc | The Broadgate Tower, Level 20 | 20 Primrose Street, London | EC2A 2EW | tel +44(0)207 663 7830 | fax +44(0)207 663 7831

Authorised by the Prudential Regulation Authority and regulated by the Financial Conduct Authority and the Prudential Regulation Authority | Registered in England and Wales Nr.07425398



Demonstração dos resultados consolidados

USD'000	Nota	31.12.14	31.12.13
Juros e rendimentos similares		130.782	120.340
Juros e encargos similares		(56.649)	(53.827)
Margem financeira	31	74.133	66.513
Comissões recebidas		134.973	126.491
Comissões pagas		(10.590)	(10.399)
Comissões líquidas	32	124.383	116.092
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados		11.001	20.433
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		675	(98)
Dividendos		-	-
Outros resultados em operações financeiras		2.617	3.354
Resultados em operações financeiras	33	14.293	23.689
Outros proveitos operacionais	34	12.781	8.467
Resultado operacional		225.590	214.761
Imparidade e outras provisões líquidas	30	(20.294)	(4.746)
Resultado operacional líquido		205.296	210.015
Custos com pessoal	35	(108.830)	(94.887)
Gastos gerais administrativos	36	(58.095)	(61.081)
Depreciação e imparidade de activos tangíveis	12	(3.728)	(4.639)
Amortização e imparidade de activos intangíveis	13	(5.786)	(8.528)
Outros custos operacionais	37	(5.465)	(6.716)
Despesas operacionais		(181.904)	(175.851)
Resultado de empresas associadas	14	40	50
Resultado antes de impostos		23.432	34.214
Impostos sobre os lucros	38	(10.901)	(10.689)
Resultado atribuível a accionistas		12.531	23.525
Interesses não controlados	28	(1)	(1)
Resultado líquido		12.530	23.524

Demonstração de rendimento integral consolidado

USD'000	31.12.14	31.12.13
Resultado líquido consolidado do exercício	12.530	23.524
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:		
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados:		
Remensuração das obrigações de benefícios definidos pós-emprego	(21)	(1.397)
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados:		
Ativos financeiros disponíveis para venda:		
(Perdas)/Ganhos no justo valor	4.298	(1.689)
Efeito fiscal	(779)	118
Cobertura de investimento líquido	(282)	15
Ajustamentos de conversão cambial	2.006	(1.089)
Rendimento integral do exercício	17.752	19.482
Atribuível a:		
Accionistas	17.753	19.483
Interesses não controlados	(1)	(1)
Rendimento integral do exercício	17.752	19.482

Demonstração de alterações do capital próprio

USD'000	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Interesses não controlados	Total
Saldos em 01.01.14	600.000	(4.829)	493.269	(74.681)	17	1.013.776
Rendimento integral no exercício	-	5.222	-	12.530	-	17.752
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2013	-	-	460	(460)	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	116	(1.298)	5	(1.177)
Saldos em 31.12.14	600.000	393	493.845	(63.909)	22	1.030.351

USD'000	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Interesses não controlados	Total
Saldos em 01.01.13	925.771	(787)	126.845	(76.638)	24	975.215
Rendimento integral no exercício	-	(4.042)	-	23.524	-	19.482
Realocação de capital pós-fusão	(325.771)	-	325.771	-	-	-
Incorporação em reservas do resultado líquido de 2012	-	-	22.554	(22.554)	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	18.099	-	-	18.099
Dividendos	-	-	-	-	(7)	(7)
Outros movimentos	-	-	-	987	-	987
Saldos em 31.12.13	600.000	(4.829)	493.269	(74.681)	17	1.013.776

Itaú BBA International plc | The Broadgate Tower, Level 20 | 20 Primrose Street, London | EC2A 2EW | tel +44(0)207 663 7830 | fax +44(0)207 663 7831

Authorised by the Prudential Regulation Authority and regulated by the Financial Conduct Authority and the Prudential Regulation Authority | Registered in England and Wales Nr.07425398

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

USD'000	31.12.14	31.12.13
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Juros e comissões recebidos	269.933	247.006
Juros e comissões pagos	(74.322)	(82.083)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(166.997)	(154.958)
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais	28.614	9.965
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais		
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda	(305.992)	(103.347)
Aplicações em Instituições de Crédito	578.343	(343.630)
Depósitos em bancos centrais	(459.131)	111.096
Créditos sobre clientes	(766.291)	89.761
Outros activos operacionais	14.449	39.655
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais		
Passivos financeiros detidos para negociação	200.430	(117.897)
Recursos de outras Instituições de Crédito	(85.572)	290.669
Recursos de Clientes e outros empréstimos	470.767	227.616
Responsabilidades representadas por títulos	362.448	(207.875)
Outros passivos operacionais	46.334	88.613
Alterações nos activos e passivos operacionais	55.785	74.661
Impostos pagos sobre os lucros	(6.000)	(3.618)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais	78.399	81.008
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Dividendos recebidos	-	-
Compra de imobilizações	(3.634)	(9.716)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento	(3.634)	(9.716)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
(Aquisições) / vendas de Dívida Subordinada Própria	-	-
Juros pagos das actividades de financiamento	(221)	(280)
Aumento de capital	-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento	(221)	(280)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	190	(991)
Aumento/(diminuição) em caixa e seus equivalentes	74.734	70.021
Caixa e seus equivalentes no início do período	232.479	162.458
Caixa e seus equivalentes no fim do período	307.213	232.479
Caixa	149	148
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	307.064	232.331
	74.734	70.021

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(valores expressos em milhares de dólares americanos 'USD')

Nota 1 - Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas numa base de continuidade de acordo com o *Companies Act 2006*, e em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) adoptadas pela União Europeia.

O termo "Grupo" refere-se ao Itaú BBA International plc e às suas subsidiárias. Mais análises às subsidiárias do Grupo estão definidas abaixo.

- **Itaú Europa, Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.** (Itaú Europa – SGPS), sediada na Zona Franca da Madeira. A subsidiária foi dissolvida em Maio de 2014.

- **Itaú BBA International (Cayman) Ltd.** Foi incorporado em Julho de 1996, com o nome BIE-Bank & Trust Ltd.. O capital social do Itaú BBA International (Cayman) Ltd. no montante de USD 2 m é representado por 2,000,000 acções de USD 1 cada, subscritas na totalidade e pagas pelo Itaú BBA International plc. Em Dezembro de 2013, a sua licença bancária foi cancelada e actualmente não tem actividade. Em 20 de Dezembro de 2013, o investimento em **BIE – Cayman, Ltd.**, uma empresa incorporada em Abril de 1996 para gerir fundos de *private banking*, totalmente controlada pelo Itaú BBA International (Cayman) Ltd., foi vendida a outra entidade do Grupo Itaú.

- **Itaú Europa Luxemburgo, S. A.** (IE Luxemburgo) encontra-se sediado no Luxemburgo. O total do capital social da IE Luxemburgo é de USD 97.67 m, totalmente subscrito e pago, representado por 9,767 acções ordinárias de USD 10,000 cada, das quais 9,766 são detidas pelo IBBAInt e 1 por outra entidade do Grupo Itaú. O IE Luxemburgo entregou a sua licença bancária em Maio de 2014.

- **Banco Itaú Suisse SA**, é sediado em Zurique, Suíça, opera no segmento de *Private Banking*. Foi estabelecido em 15 de Setembro de 2010. O seu capital social de CHF 177 m é representado por 1,770 acções de CHF 10,000 cada, totalmente subscritas e pagas pelo IE Luxemburgo.

- **Banco Itaú International**, sediado em Miami, foi adquirido em 31 de Maio de 2007 através de um acordo com o Bank of America Corporation. A sua principal actividade é efectuar operações no segmento de *Private Banking*. O seu capital social é de USD 42 m é representado por 420,000 acções de USD 100 cada, totalmente subscritas e pagas pelo Banco.

- **Itaú International Securities, Inc.** é sediada em Miami e foi incorporada em Setembro de 2008. A empresa está autorizada a efectuar serviços de corretagem. O seu capital social de USD 1,000 é representado por 100.000 acções de USD 0,01 cada, totalmente subscritas e pagas pelo Banco.

Normas e interpretações recentemente emitidas

a) As seguintes normas, alterações e interpretações entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2014. Nenhuma teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

IAS 32 (alteração) 'Compensação de activos e passivos financeiros. Esta alteração faz parte do projecto de "compensação de activos e passivos" do IASB, o qual visa clarificar o conceito de "deter actualmente o direito legal de compensação", e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos.

IAS 36 (alteração) 'Divulgação do valor recuperável para activos não financeiros'. Esta alteração trata da divulgação de informação sobre o valor recuperável de activos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender.

IAS 39 (alteração) 'Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura'. A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação.

Alterações à IFRS 10, 12 e IAS 27 - 'Entidades de investimento'. A alteração define uma Entidade de investimento ('Investment entities') e introduz uma excepção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como Entidades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12.

IFRS 10 (nova), 'Demonstrações financeiras consolidadas'. A IFRS 10 substitui todos os procedimentos e orientações contabilísticas relativas a controlo e consolidação, incluídas na IAS 27 e na SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio fundamental de que uma entidade consolidada apresenta a empresa-mãe e as suas subsidiárias como uma única entidade, permanece inalterado.

IFRS 12 (nova), 'Divulgação de interesses em outras entidades'. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todas as naturezas de interesses em outras entidades, como: subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas, de forma a permitir a avaliação da natureza, riscos e efeitos financeiros associados aos interesses da Entidade.

Alterações à IFRS 10, 11 e 12, 'Regime de transição'. Esta alteração clarifica que, quando um tratamento contabilístico diferente das orientações da IAS 27/SIC 12 resultar da adopção da IFRS 10, os comparativos apenas devem ser ajustados para o período contabilístico imediatamente precedente, sendo as diferenças apuradas reconhecidas no início do período comparativo, em Capitais próprios. A alteração introduzida na IFRS 11, refere-se à obrigação de testar para imparidade o investimento financeiro que resulte da descontinuação da consolidação proporcional. Os requisitos de divulgação específicos estão incluídos na IFRS 12.

IAS 27 (revisão 2011), 'Demonstrações financeiras separadas'. A IAS 27 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 10, e contém os requisitos de contabilização e divulgação para os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, quando a Entidade prepara demonstrações financeiras separadas.

IAS 28 (revisão 2011), 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos'. A IAS 28 foi revista, na sequência da emissão da IFRS 11, e prescreve o tratamento contabilístico para investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos, definindo ainda os requisitos de aplicação do método de equivalência patrimonial.

As seguintes normas, alterações a normas existentes e interpretações já foram publicadas e a sua aplicação foi obrigatória para períodos anuais que se iniciaram em ou após 1 de Julho de 2014, ou em data posterior, contudo, o Banco decidiu não as adoptar antecipadamente. Não são expectáveis impactos materiais nas Demonstrações Financeiras do Banco com a adopção destas normas.

IAS 1 (alteração), 'Revisão às divulgações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração dá indicação relativamente à materialidade e agregação, a apresentação de subtotais, a estrutura das demonstrações financeiras e a divulgação das políticas contabilísticas.

IAS 16 e IAS 38 (alteração), 'Métodos de cálculo de amortização e depreciação permitidos (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a utilização de métodos de cálculo das depreciações/amortizações de activos com base no rédito obtido, não são por regra consideradas adequadas para a mensuração do padrão de consumo dos benefícios económicos associados ao activo. É de aplicação prospectiva.

IAS 19 (alteração), 'Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço.

IAS 27 (alteração), 'Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração permite que uma entidade aplique o método da equivalência patrimonial na mensuração dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, nas demonstrações financeiras separadas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

Alterações à IFRS 10 e IAS 28: 'Venda ou contribuição de activos entre um investidor e uma sua Associada ou Empreendimento conjunto' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que na venda ou contribuição de activos entre um investidor e uma sua associada ou empreendimento conjunto, o ganho/perda apurado é reconhecido na totalidade quando os activos transferidos constituem um negócio, e

apenas parcialmente (na quota-parte detida por terceiros) quando os activos transferidos não constituem um negócio.

Alterações às IFRS 10, 12 e IAS 28, 'Entidades de investimento: aplicação da isenção à obrigação de consolidar' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que a isenção à obrigação de consolidar aplica-se a uma empresa holding intermédia que constitua uma subsidiária de uma entidade de investimento. Adicionalmente, a opção de aplicar o método da equivalência patrimonial, de acordo com a IAS 28, é extensível a uma entidade, que não é uma entidade de investimento, mas que detém um interesse numa associada ou empreendimento conjunto que é uma "Entidade de investimento".

IFRS 11 (alteração), 'Contabilização da aquisição de interesse numa operação conjunta' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz orientação acerca da contabilização da aquisição do interesse numa operação conjunta que qualifica como um negócio, sendo aplicáveis os princípios da IFRS 3 – concentrações de actividades empresariais.

Melhorias às normas 2010 - 2012, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2014). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38.

Melhorias às normas 2011 - 2013, (a aplicar na União Europeia nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015). Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40.

Melhorias às normas 2012 - 2014, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Estas melhorias ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34.

IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.

IFRS 14 (nova), 'Desvios tarifários' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2016). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta norma permite aos adoptantes pela primeira vez das IFRS, que continuem a reconhecer os activos e passivos regulatórios de acordo com a política seguida no âmbito do normativo anterior. Contudo para permitir a comparabilidade com as entidades que já adoptam as IFRS e não reconhecem activos / passivos regulatórios, os referidos montantes têm de ser divulgados nas demonstrações financeiras separadamente.

IFRS 15 (nova), 'Rébito de contractos com clientes' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2017). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma

aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o crédito quando a obrigação contratual de entregar activos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflecte a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia dos 5 passos”.

IFRIC 21 (nova), ‘Taxas do governo’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 17 de Junho de 2014). A IFRIC 21 é uma interpretação à IAS 37 e ao reconhecimento de passivos, clarificando que o acontecimento passado que resulta numa obrigação de pagamento de uma taxa ou imposto (que não imposto sobre o rendimento - IRC) corresponde à actividade descrita na legislação relevante que obriga ao pagamento.

Nota 2 - Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas que se seguem são aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As políticas são consistentes com aquelas utilizadas pelo Grupo no seu Relatório e Contas Consolidado de 2013, salvo indicação contrária.

2.1. Bases de consolidação

a) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo entidades estruturadas) sobre as quais o grupo tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando o Grupo está exposto, ou tem direitos sobre, retornos variáveis provenientes do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo usa políticas contabilísticas uniformes para reportar transacções e outros acontecimentos idênticos em circunstâncias semelhantes. Os saldos e as transacções intra-grupo são eliminados.

O valor do capital, das reservas e dos resultados correspondente às acções de terceiros nestas empresas é apresentado na rubrica de interesses não controlados.

b) Associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente acompanhada de uma participação de entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Grupo pode exercer influência significativa através da participação na gestão ou na composição do Conselho de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é

umentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos lucros ou prejuízos da investida depois da data da aquisição.

c) Diferenças de consolidação e de reavaliação - *Goodwill*

O Grupo regista as aquisições de empresas subsidiárias pelo método da compra. O custo de aquisição é dado pelo justo valor dos activos entregues, acções emitidas ou passivos incorridos ou assumidos até à data de aquisição, acrescido de custos directamente associados à aquisição. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são inicialmente mensurados ao seu justo valor à data da aquisição, sem consideração pela extensão de quaisquer interesses não controlados. O excesso do custo de aquisição sobre a participação do Grupo no justo valor do património líquido das adquiridas é reconhecido como *goodwill*.

O reconhecimento inicial do método de compra de uma subsidiária pode ser determinado provisoriamente no final do exercício em que a aquisição ocorreu. O Grupo terá um período de até doze meses após a data de aquisição para reconhecer qualquer tratamento a esses valores provisórios, conforme previsto na IFRS 3.

Para as empresas associadas, o *goodwill* é incluído no valor de balanço da participação, determinado pelo método de equivalência patrimonial.

O *goodwill* registado no activo é revisto anualmente e sujeito a teste de imparidade nos termos das IAS 36, IAS 39 e IFRS 8. De acordo com a IFRS 3 o *goodwill* não é amortizado.

Para as empresas subsidiárias e para as associadas, as diferenças de consolidação positivas – *goodwill* negativo, são imediatamente reconhecidas em resultados.

2.2.2. Activos e Passivos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, caso em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os activos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos e passivos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efectuar essa transacção. Na data de contratação ou de início de uma operação, o justo valor é geralmente o valor da transacção.

O justo valor é determinado com base em:

- preços de um mercado activo; ou

- métodos e técnicas de avaliação (quando não há um mercado activo), que tenham subjacentes:

- cálculos matemáticos baseados em teorias financeiras reconhecidas; ou,
- preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular. Em geral, existem bons preços de mercado para títulos e derivados (futuros e opções) negociados em bolsa.

Em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, pode diferir do valor de transacção, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*) gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros. O justo valor desses instrumentos e consequentemente a margem de intermediação é apurado na data do seu reconhecimento inicial e é determinado com base em técnicas de valorização cujas variáveis são baseadas apenas em observações de mercado.

a) Activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados e Passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

- títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável classificados como detidos para negociação, ou seja, que foram adquiridos com objectivo de venda num futuro próximo;
- títulos de rendimento fixo e títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos e que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados (opção de justo valor);
- derivados de negociação; e
- derivados embutidos.

Os passivos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados incluem essencialmente:

- passivos financeiros suportados com o objectivo de venda ou de recompra num futuro próximo;
- passivos financeiros que o Grupo optou, no reconhecimento inicial, por registar e avaliar ao justo valor através de resultados;
- derivados de negociação; e
- derivados embutidos.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos ou passivos financeiros que cumpram um dos seguintes requisitos:

- eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes denominada “uma falta de balanceamento contabilístico”);
- um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou
- se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo a IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados e apresentados em derivados de negociação.

A avaliação destes activos e passivos é efectuada diariamente com base no justo valor. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor são reconhecidos em resultados, tal como o rendimento de juros e dividendos.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que:

- (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado;
- (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou
- (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os activos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor. Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica reservas de reavaliação de justo valor, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, que são reconhecidos directamente em resultados. No momento em que os activos sejam vendidos, os ganhos ou perdas ainda reconhecidos no capital próprio são removidos e registados em resultados.

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

c) Créditos e outros valores a receber

Esta rubrica abrange os créditos concedidos pelo Grupo a Clientes e a Instituições de Crédito, participações em empréstimos sindicados e créditos titulados (papel comercial e obrigações emitidas por empresas) que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não haja intenção de venda.

No momento inicial, os créditos e valores a receber são registados ao justo valor. Em geral, o justo valor no momento inicial corresponde ao valor de transacção e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito. Posteriormente são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Grupo classifica como crédito vencido as prestações vencidas de capital, decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento, e de juros imediatamente após o seu vencimento.

d) Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros incluem Recursos de outras Instituições de Crédito, Recursos de Clientes, Responsabilidades representadas por títulos e Passivos Subordinados. Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor, incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Qualquer diferença entre o montante recebido líquido de custos de transacção e o montante a pagar na maturidade é reconhecido na demonstração de resultados durante a vida do passivo através do método da taxa de juro efectiva.

Se o Grupo recomprar dívida emitida, esta é desreconhecida do balanço e a diferença entre a quantia escriturada do passivo e o seu custo de aquisição é reconhecida em resultados.

e) Activos cedidos com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificado o valor de juros.

Os títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, como um crédito, sendo periodificado o valor de juros.

2.3. Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

2.4. Imparidade

Um activo financeiro (ou grupo de activos financeiros) encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de que não serão recuperados os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro (ou grupo de activos financeiros), em resultado de eventos passados ocorridos após a data de reconhecimento inicial do activo financeiro (ou grupo de activos financeiros), desde que os mesmos possam ser estimados com fiabilidade.

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro (ou grupo de activos financeiros) se encontra em situação de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade (diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do activo financeiro) registadas por contrapartida de resultados.

Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, como por exemplo:

(i) análise de incumprimento;

(ii) descida de rating;

(iii) dificuldades financeiras do emitente/devedor;

(iv) probabilidade de falência do emitente/devedor;

(v) para um investimento num instrumento de capital próprio: (i) a existência de informação acerca de alterações significativas com um efeito adverso que tenham tido lugar num ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal no qual o emissor opere; e (ii) um declínio significativo ou prolongado no justo valor abaixo do seu custo de aquisição que indique que o custo do investimento no instrumento de capital próprio possa não ser recuperado.

Na análise da existência de imparidade num grupo de activos financeiros, o Grupo estima a probabilidade de uma operação ou cliente em situação irregular entrar em incumprimento durante o período emergente (período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação). Em geral, o período emergente utilizado pelo Grupo é de cerca de 12 meses.

a) Carteira de crédito

Metodologia de cálculo

A carteira de crédito do Grupo é revista numa base regular, com cada operação a ser analisada individualmente, de modo a identificar se a imparidade possa existir.

Nos casos em que se verifica a existência objectiva de imparidade, esta é calculada através da análise objectiva do valor de perda efectiva.

Nos casos em que não existe evidência objectiva de imparidade, é efectuada uma análise com base no portfólio, de forma a reconhecer perdas ainda não identificadas ao nível de operações individuais, como se descreve de seguida.

A fim de realizar uma análise colectiva, o Grupo constitui segmentos homogéneos (operações com características de risco de crédito semelhantes) que são baseadas em classificações internas, para obter a EL (*Expected Loss*). Como o Grupo tem um nível insuficiente de experiências sobre as perdas sofridas, o que se depreende do nível histórico insignificante do crédito vencido e incumprimentos registados, a informação de notação interna é fornecido pelo Grupo Itaú. A EL é calculada utilizando o montante em Balanço excluindo juros corridos (BS), probabilidade de *default* (PD) e *Loss Given Default* (LGD), associada ao *rating* interno, e pela aplicação da seguinte fórmula: $EL = BS \times PD \times LGD$. A *Recovery Rate* (RR) corresponde à percentagem do capital em risco que ainda é possível recuperar sempre que se verifique incumprimento por parte da empresa. Esta estimativa é calculada tendo como base o valor dos activos e passivos da empresa associados ao tipo de crédito e senioridade da dívida e o colateral recebido. Para as operações garantidas, é usada a probabilidade de *default* (PD) do respectivo garantidor.

Registo contabilístico

O montante de perda por imparidade é medido pela diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros recuperáveis, descontado à taxa de juro efectiva original. A quantia escriturada do activo é reduzida através de uma conta de provisão e o montante da perda é reconhecido em resultados do exercício.

Quando um crédito não é recuperável, é abatido através da utilização da provisão por imparidade de crédito. Este abate só ocorre após terem sido tomadas todas as medidas consideradas necessárias para assegurar a recuperabilidade do crédito e o montante da perda ter sido adequadamente determinado.

Se, num período posterior, o montante da perda por imparidade diminuir e essa diminuição estiver objectivamente relacionada com um evento ocorrido posteriormente ao reconhecimento da imparidade, o montante da perda por imparidade anteriormente registado é revertido através de ajustamento na conta de provisão. O montante da reversão é reconhecido em resultados.

b) Activos financeiros disponíveis para venda

No que se refere a activos financeiros disponíveis para venda, é efectuada uma análise periódica no sentido da identificação de potenciais situações de imparidade. Para instrumentos de capital, o Grupo considera um declínio significativo quando o justo valor é 60% mais baixo do que o custo de aquisição, e um declínio prolongado é um que ocorra por um período superior a 12 meses, que indica que o custo do investimento no instrumento de capital pode não ser recuperado. Onde existir uma evidência de imparidade, a perda acumulada não realizável na reserve de reavaliação, é removida do capital e reconhecida em resultado no período. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminuir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de

imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a recuperação de valor é reconhecida na rubrica de reservas de reavaliação de justo valor.

c) Créditos renegociados

Os créditos a clientes que estejam sujeitos a uma análise colectiva de imparidade ou que sejam individualmente significativos, cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Grupo, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

d) Investimentos em associadas

O declínio no valor dos investimentos em associadas é analisado por via da comparação entre o seu valor recuperável e o seu valor contabilístico, considerando que existe evidência de que o investimento possa estar em imparidade.

No sentido de determinar a evidência de imparidade, é desenvolvido um teste que inclui avaliações de mercado e outras conduzidas internamente ou por avaliadores independentes, baseadas:

- i) na porção correspondente do valor actual dos *cash flows* futuros que se esperam ser gerados pela associada, o que inclui os *cash flows* futuros estimados de actividades operacionais e os montantes resultantes da venda final ou alienação do investimento por outros meios ou
- ii) no valor actual dos *cash flows* futuros estimados que se esperam ser recebidos a título de dividendos da associada e como receita da venda final ou alienação do investimento por outros meios.

As perdas por imparidade neste tipo de activos são revertidas se se verificarem alterações nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável. Tanto a perda por imparidade como a reversão da perda por imparidade são reconhecidas em resultados. Concretamente, uma perda por imparidade pode apenas ser revertida até à concorrência daquele que seria o valor contabilístico do activo se essa perda por imparidade não tivesse sido previamente reconhecida.

2.5. Dívida titulada emitida pelo Grupo

As emissões de obrigações pelo Grupo estão registadas nas rubricas passivos subordinados, responsabilidades representadas por títulos e passivos financeiros detidos para negociação (no caso de algumas *Structured Linked Notes*).

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem às notas estruturadas emitidas pelo Grupo no âmbito de um *Structured Medium Term Note Programme*. As notas estruturadas classificadas como passivos de

negociação são do tipo *pass-through*, onde o Grupo passa para o cliente todos os rendimentos e os riscos sobre o activo subjacente.

Os instrumentos financeiros estruturados registados como responsabilidades representadas por títulos correspondem a obrigações com derivados embutidos emitidos pelo Grupo. Os derivativos embutidos são separados do respectivo instrumento de acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Exceptuando os passivos financeiros classificados como detidos para negociação, as obrigações emitidas são relevadas, na data de emissão, pelo justo valor (valor de emissão), incluindo despesas e comissões de transacção, sendo posteriormente valorizadas ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

2.6. Contabilidade de cobertura

Pela IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera uma cobertura altamente eficaz;
- a eficácia da cobertura pode ser fielmente mensurada; e
- a cobertura é altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro.

Os relacionamentos de cobertura são de 3 tipos:

- cobertura de justo valor – numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.
- cobertura de fluxos de caixa – numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

- cobertura de investimento líquido em unidade operacional estrangeira – as coberturas de investimento líquido em operações estrangeiras são registadas da mesma forma que as coberturas de fluxos de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de cobertura relacionados com a parte eficaz da cobertura são reconhecidos em reservas; a ineficácia da cobertura é reconhecida imediatamente em resultados. Os ganhos ou perdas acumuladas em reservas são incluídos em resultados quando a unidade operacional estrangeira é vendida.

Os testes de eficácia de cobertura são devidamente documentados numa base regular, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas. Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos pela contabilidade de cobertura, esta deverá ser descontinuada prospectivamente.

2.7. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente económico no qual a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em USD, que corresponde à moeda funcional e de apresentação do Banco.

(b) Transacções e saldos em moeda estrangeira

Os activos e passivos financeiros em moeda estrangeira são registados de acordo com os princípios do sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para USD ao câmbio do dia em que são reconhecidos.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

- Posição à vista

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transacções. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de tais transacções e da conversão no final do ano de activos monetários e passivos denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados, excepto quando diferido nos capitais próprios, caso se qualifiquem como cobertura de cash-flows ou cobertura de investimento líquido em moeda estrangeira. As diferenças de conversão de itens não-monetários, tais como acções detidas pelo justo valor por via dos resultados, são registadas como ganho ou perda de justo valor. As diferenças de conversão de itens não-monetários, tais como acções classificados como activos financeiros disponíveis para venda, são incluídas na reserva de justo valor no capital próprio.

- Posição a prazo (*Forward*)

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos

relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nos diferenciais de taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças entre os respectivos contravalores em euros às taxas contratadas e às taxas de reavaliação a prazo, que representam o proveito ou o custo de reavaliação da posição a prazo, são registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de resultados.

(c) Subsidiárias

As demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira são convertidas para USD, sendo que:

- a conversão dos activos e passivos expressos em moeda estrangeira é efectuada com base no câmbio à data do balanço;
- os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos ao câmbio médio do exercício; e
- as diferenças cambiais associadas à conversão para USD são reconhecidas directamente nos capitais próprios.

2.8. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidades.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	5-50
Mobiliário e material	4-9
Equipamento informático	3-5
Instalações interiores	5 - 10
Outro equipamento	3 – 12

2.9. Activos intangíveis

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente *software* e *goodwill* identificado como intangível na sequência de aquisições de unidades, carteiras e negócios *Private Banking*.

O *software* é amortizado numa base linear, ao longo da vida útil estimada do bem que, em geral, corresponde a um período de três anos. O *goodwill* identificado como intangível é inicialmente registado pelo seu justo valor e é amortizado numa base linear durante a vida útil estimada, que corresponde a um período de 6 a 12 anos.

2.10. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras Instituições de Crédito.

2.11. Impostos sobre os lucros

O Grupo aplica a IAS12 na contabilização de impostos sobre o rendimento.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, nos países onde o Grupo tem presença, para o período a que reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios (nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda).

Alterações na legislação fiscal e nas taxas de imposto são reconhecidos na demonstração dos resultados em Impostos sobre os lucros no período em que entram em vigor.

2.12. Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras do Grupo são utilizadas estimativas e valores futuros esperados, nomeadamente nas seguintes áreas:

a) Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efectuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efectuadas.

b) Justo valor de activos e passivos financeiros não cotados

O justo valor de activos e passivos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

c) Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

2.13. Provisões para outros riscos e encargos

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes da actividade do Grupo.

2.14. Responsabilidades com planos pós-emprego

O Grupo possui planos de pensão de benefício definido e de contribuição definida.

O Banco possui um plano de contribuição definida para os empregados permanentes residentes no Reino Unido, apenas durante o período de trabalho com o Banco. A subsidiária Banco Itaú International (Miami) possui um plano de contribuição definida, cobrindo substancialmente todos os seus funcionários. A subsidiária Banco Itaú Suisse possui um plano pós-emprego considerado como sendo de benefício definido devido aos benefícios mínimos inerentes garantidos pela lei suíça.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensões através do qual o Grupo paga contribuições fixas a uma entidade separada (o fundo) e não tem obrigação legal nem construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir activos suficientes para pagar todos os benefícios do empregado relativos ao serviço deste no período corrente e em anteriores. Um plano de benefício definido é um plano de pensões que não é de contribuição definida.

Para os planos de contribuição definida, o Grupo reconhece as contribuições devidas relativas ao exercício na demonstração dos resultados. As contribuições não pagas na data do balanço são incluídas como um passivo.

Para os planos de benefício definido, o passivo reconhecido no balanço é o valor presente da obrigação de benefício definido no final do período menos o valor justo dos activos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes. Os ganhos e as perdas decorrentes de alterações de pressupostos atuariais são debitados ou creditados ao capital próprio em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem. Custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.15. Plano de remuneração baseado em acções

Os Directores Executivos e *senior managers* do Banco, sob certas condições, têm 50% da remuneração variável diferida por 3 anos, e paga em acções ou instrumentos financeiros equivalentes.

Considerando-se que o Banco não possui acções listadas na bolsa de valores e que a sua actividade é desenvolvida em total alinhamento com a estratégia e os objectivos do Itaú Unibanco Holding SA, seu accionista último (Holding), o pagamento da remuneração variável feita em instrumentos financeiros equivalentes a acções

deverá ser feita por meio de instrumentos ligados às acções preferenciais da Holding (Instrumento). Este instrumento consiste numa promessa de pagamento em dinheiro feita pelo Banco aos beneficiários, a ser entregue aos beneficiários na mesma data em que a componente variável da remuneração correspondente à parcela em dinheiro não sujeito a diferimento é paga.

Sujeito ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas na política de remuneração do Banco, os beneficiários recebem uma quantia em dinheiro até o segundo dia útil após 1, 2 e 3 anos a partir da data da entrega do instrumento (aniversários), correspondendo tal quantia em cada um dos três períodos de tempo a um terço do valor base indicado no instrumento, na moeda em que a respectiva remuneração variável foi aprovada, ajustada pela variação do índice de preços de uma acção preferencial da Holding durante o período de diferimento da parcela de remuneração em questão, calculada conforme critério exclusivo do Banco.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito da IFRS 2 e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, afecta o lucro líquido via custos com pessoal de forma linear desde o início do ano do programa até à respectiva data de disponibilidade (o segundo dia útil após 1, 2 e 3 anos). O passivo resultante é reavaliado a cada data de balanço, com as mudanças no valor justo reconhecidas no resultado líquido.

Nota 3 - Strategy in the use of financial instruments

3.1. Activos e passivos por categorias da IAS 39

Pela sua natureza, as actividades do Grupo estão principalmente relacionadas com o uso de instrumentos financeiros, incluindo derivados.

O Grupo aceita depósitos de instituições financeiras e de clientes, a taxas fixas e variáveis e por períodos diversos, e procura obter margens acima da média investindo estes fundos em activos de elevada qualidade. O Grupo procura aumentar estas margens consolidando fundos de curto prazo e emprestando por períodos mais longos a taxas de juro mais elevadas, enquanto assegura liquidez suficiente para fazer face às responsabilidades.

O Grupo também procura aumentar as suas margens através da concessão de crédito a clientes. Estas exposições envolvem também garantias e outros compromissos.

O Grupo transacciona instrumentos financeiros, incluindo derivados, para beneficiar de movimentos cambiais de curto prazo, variações de taxas de juro e de preços. Como parte desta estratégia, o Grupo gere um portfólio sem risco de derivados *back-to-back*, com clientes *corporate* e *private* de um lado, e com institucionais do outro, procurando obter proveito no *bid/ask spread*. O Conselho de Administração do Banco impõe limites ao nível de exposição ao mercado que pode ser assumido *overnight* e *intraday*.

O Grupo também gere um *buffer* de alta qualidade e liquidez de activos financeiros disponíveis para venda, que o Banco é obrigado a manter para garantir que atende à tolerância do regulador para o risco de liquidez.

No contexto da estratégia do Grupo na utilização de instrumentos financeiros, o quadro seguinte evidencia os vários activos e passivos do Grupo em 31 de Dezembro de 2014, repartidos pelas diferentes categorias da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Activos e passivos por categorias da IAS 39

31.12.14	Registados ao justo valor			Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos/ Passivos Não Financeiros	Total
	Negociação	Opção Justo Valor	Cobertura					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	1.030.226	-	-	-	1.030.226
Activos financeiros detidos para negociação	195.901	-	-	-	-	-	-	195.901
Outros activos financeiros ao justo valor através de Derivados	459.493	275.784	737	-	-	-	-	275.784
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	387.672	-	-	460.230
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito a Clientes	-	-	-	716.940	-	-	-	387.672
Outros activos	-	-	-	4.534.808	-	-	-	716.940
	-	-	-	-	-	-	194.946	4.534.808
	-	-	-	-	-	-	-	194.946
Total de Activos	655.394	275.784	737	6.281.974	387.672	-	194.946	7.796.507
Passivos financeiros detidos para negociação	195.787	-	-	-	-	-	-	195.787
Derivados	439.982	-	6.200	-	-	-	-	446.182
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	814.265	-	814.265
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	2.774.571	-	2.774.571
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	2.259.901	-	2.259.901
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	30.055	-	30.055
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	245.395	245.395
Total de Passivos	635.769	-	6.200	-	-	5.878.792	245.395	6.766.156
31.12.13								
Total de Activos	412.239	158.276	-	5.576.415	432.369	-	220.683	6.799.982
Total de Passivos	443.602	-	3.377	-	-	5.138.453	200.774	5.786.206

Activos e passivos por categorias da IAS 39

31.12.13	Registados ao justo valor			Créditos e valores a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Activos/ Passivos Não Financeiros	Total
	Negociação	Opção Justo Valor	Cobertura					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	-	-	571.094	-	-	-	571.094
Activos financeiros detidos para negociação	158.774	-	-	-	-	-	-	158.774
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	158.276	-	-	-	-	-	158.276
Derivados	253.465	-	-	-	-	-	-	253.465
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	432.369	-	-	432.369
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	-	-	-	1.221.044	-	-	-	1.221.044
Crédito a Clientes	-	-	-	3.784.277	-	-	-	3.784.277
Outros activos	-	-	-	-	-	-	220.683	220.683
Total de Activos	412.239	158.276	-	5.576.415	432.369	-	220.683	6.799.982
Passivos financeiros detidos para negociação	158.541	-	-	-	-	-	-	158.541
Derivados	285.061	-	3.377	-	-	-	-	288.438
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	899.818	-	899.818
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-	-	-	-	-	2.304.088	-	2.304.088
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	-	-	1.904.488	-	1.904.488
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	30.059	-	30.059
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	200.774	200.774
Total de Passivos	443.602	-	3.377	-	-	5.138.453	200.774	5.786.206
31.12.12								
Total de Activos	582.877	107.496	1.061	5.363.840	201.541	-	262.433	6.519.248
Total de Passivos	575.506	-	-	-	-	4.846.180	122.347	5.544.033

3.2. Activos e passivos financeiros ao justo valor

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. No caso de não existir um mercado activo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para activos financeiros não cotados, nomeadamente para derivados, instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são o modelo de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidades de mercado.

3.2.1. Activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor

O justo valor dos activos e passivos financeiros que não se encontram mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras apresenta-se como segue, com as respectivas diferenças para o seu valor contabilístico:

Activos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor	31.12.14			31.12.13		
	Justo Valor	Valor Contabilístico	Diferença	Justo Valor	Valor Contabilístico	Diferença
Activos financeiros						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	1.030.226	1.030.226	-	571.094	571.094	-
Disponibilidades e Aplicações em Instit. Crédito	718.342	716.940	1.402	1.221.945	1.221.044	901
Crédito a clientes	4.543.546	4.534.808	8.738	3.803.216	3.784.277	18.939
Passivos Financeiros						
Recursos de outras Instituições de Crédito	814.657	814.265	392	907.499	899.818	7.681
Recursos de Clientes e outros empréstimos	2.775.085	2.774.571	514	2.304.607	2.304.088	519
Responsabilidades representadas por títulos	2.267.902	2.259.901	8.001	1.906.718	1.904.488	2.230
Passivos subordinados	30.080	30.055	25	30.076	30.059	17

a) Disponibilidades e Aplicações em instituições de crédito

Para as disponibilidades e depósitos *overnight*, o valor de balanço é considerado como uma aproximação do justo valor. O justo valor estimado para os depósitos a prazo é baseado nos *cash flows* descontados às taxas de mercado monetário prevaletentes mais *spread* inicial.

b) Crédito a clientes

O crédito a clientes apresenta-se líquido da imparidade. Os *cash flows* esperados são descontados a taxas actuais de mercado mais *spread* inicial para determinar o justo valor.

c) Recursos de instituições de crédito e de clientes

O justo valor estimado dos depósitos sem maturidade definida, que incluem depósitos à ordem, é o valor de balanço. O justo valor estimado dos depósitos a prazo é baseado em *cash flows* descontados utilizando taxas de juro de mercado mais *spread* inicial.

d) Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

Os *cash flows* esperados são descontados a taxas de mercado mais *spread* inicial para determinar o justo valor das responsabilidades representadas por títulos e dos passivos subordinados.

3.2.2. Activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor

O quadro seguinte classifica as mensurações do justo valor do Grupo, baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflecte o significado dos *inputs* utilizados na mensuração, conforme os seguintes níveis:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o activo ou passivo, quer directamente (i.e., como preços) quer indirectamente (i.e., derivados dos preços); e
- Nível 3: inputs para o activo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

Activos e passivos financeiros mensurados ao justo valor	31.12.14				31.12.13			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activos financeiros detidos para negociação								
- Títulos de dívida	168.124	-	-	168.124	95.611	-	-	95.611
- Títulos de capital	27.777	-	-	27.777	63.163	-	-	63.163
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados								
- Títulos de dívida	275.784	-	-	275.784	158.276	-	-	158.276
Activos financeiros disponíveis para venda								
- Títulos de dívida	384.556	-	3.116	387.672	409.603	20.122	2.644	432.369
Derivados	339	459.891	-	460.230	549	252.916	-	253.465
Total de activos mensurados ao justo valor	856.580	459.891	3.116	1.319.587	727.202	273.038	2.644	1.002.884
Passivos financeiros detidos para negociação								
Derivados	-	195.787	-	195.787	-	158.541	-	158.541
	13.080	433.102	-	446.182	18.370	270.068	-	288.438
Total de passivos mensurados ao justo valor	13.080	628.889	-	641.969	18.370	428.609	-	446.979

Títulos de dívida classificados no Nível 3 são compostos por uma obrigação subordinada emitida por instituição de crédito, registada na carteira de activos financeiros disponíveis para venda (ver **Nota 11**).

O quadro seguinte apresenta os activos financeiros incluídos no Nível 3, desagregados por rubrica de balanço e tipo de produto:

Activos financeiros de Nível 3	31.12.14	31.12.13
Activos financeiros disponíveis para venda		
Obrigações de outros emissores		
Dívida subordinada		
- de instituições de crédito	3.116	2.644
Total de activos	3.116	2.644

O quadro seguinte sumariza os movimentos no saldo do Nível 3 durante o ano:

Movimentação de activos financeiros de Nível 3	31.12.14	31.12.13
A 1 de Janeiro	2.644	-
Transferências	-	2.412
Juro recebido	(54)	(62)
Ganhos e perdas no exercício reconhecidos na demonstração de resultados		
- Ajustamentos de conversão cambial	(326)	107
- Juros e rendimentos similares	54	61
Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios	798	126
A 31 de Dezembro	3.116	2.644

Nota 4 - Relato por segmentos

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto na IFRS 8.

Os segmentos de negócio constituem a base de segmentação principal das demonstrações financeiras consolidadas, coincidente com o primeiro nível de desagregação da gestão e da informação do Grupo.

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que está sujeita a riscos e benefícios diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo encontra-se organizado nos seguintes segmentos de negócio:

- *Corporate & Investment Banking* - Este segmento está focado na prestação de serviços financeiros a empresas europeias multinacionais clientes do Grupo Itaú e no negócio *cross-border* com clientes corporativos do Grupo Itaú na América Latina. De entre os diversos serviços e produtos oferecidos destaca-se a originação de operações de financiamento estruturadas e de cobertura de risco (derivados cambiais e de taxa de juro), o financiamento de exportações, a prestação de serviços de consultoria e/ou financiamento a empresas europeias que investem na América Latina, assim como a empresas da América Latina no seu processo de internacionalização.

- *International Private Banking* – Segmento de negócio operado através das subsidiárias BIE Luxemburgo, Banco Itaú International (engloba as operações da Itaú International Securities) e Banco Itaú Suisse, focado na prestação de serviços financeiros e de gestão dos patrimónios de clientes com elevado poder aquisitivo, localizados em vários países da América Latina onde o Grupo Itaú está presente.

- Outros - Este é um segmento residual que corresponde à participação financeira na associada IPI.

O reporte por segmentos de negócio do Grupo é conforme segue:

Segmentos de negócio	31.12.14				Total
	CIB	IPB	Outros	Eliminações	
Juros e rendimentos similares externos	100.498	32.871	-	-	133.369
Juros e rendimentos similares intra-segmentos	12	177	-	(2.776)	(2.587)
Juros e rendimentos similares	100.510	33.048	-	(2.776)	130.782
Juros e encargos similares	(58.655)	(770)	-	2.776	(56.649)
Margem financeira	41.855	32.278	-	-	74.133
Comissões recebidas externas	13.158	121.815	-	-	134.973
Comissões recebidas intra-segmentos	-	-	-	-	-
Comissões recebidas	13.158	121.815	-	-	134.973
Comissões pagas	(3.491)	(7.099)	-	-	(10.590)
Comissões líquidas	9.667	114.716	-	-	124.383
Outros proveitos operacionais	8.357	5.144	-	(720)	12.781
Resultados em operações financeiras	12.656	1.637	-	-	14.293
Resultado operacional	72.535	153.775	-	(720)	225.590
Imparidade e outras provisões líquidas	(20.294)	-	-	-	(20.294)
Despesas operacionais	(66.871)	(115.753)	-	720	(181.904)
Resultado atribuível a accionistas	-	-	40	-	40
Resultado antes de impostos	(14.630)	38.022	40	-	23.432
Impostos sobre os lucros	(76)	(10.825)	-	-	(10.901)
Resultado atribuível a accionistas	(14.706)	27.197	40	-	12.531
Resultado atribuível a interesses não controlados	-	(1)	-	-	(1)
Resultado líquido	(14.706)	27.196	40	-	12.530

Segmentos de negócio	31.12.14				Total
	CIB	IPB	Outros	Eliminações	
Activos por segmento	4.635.799	3.248.696	28.443	(116.431)	7.796.507
Passivos por segmento	4.164.402	2.718.185	-	(116.431)	6.766.156

Segmentos de negócio	31.12.13				Total
	CIB	IPB	Outros	Eliminações	
Juros e rendimentos similares externos	83.436	36.904	-	-	120.340
Juros e rendimentos similares intra-segmentos	5.777	1.806	-	(7.583)	-
Juros e rendimentos similares	89.213	38.710	-	(7.583)	120.340
Juros e encargos similares	(54.617)	(6.793)	-	7.583	(53.827)
Margem financeira	34.596	31.917	-	-	66.513
Comissões recebidas externas	14.245	112.246	-	-	126.491
Comissões recebidas intra-segmentos	-	-	-	-	-
Comissões recebidas	14.245	112.246	-	-	126.491
Comissões pagas	(4.618)	(5.781)	-	-	(10.399)
Comissões líquidas	9.627	106.465	-	-	116.092
Outros proveitos operacionais	1.997	7.114	-	(644)	8.467
Resultados em operações financeiras	22.805	884	-	-	23.689
Resultado operacional	69.025	146.380	-	(644)	214.761
Imparidade e outras provisões líquidas	(4.771)	25	-	-	(4.746)
Despesas operacionais	(56.620)	(119.875)	-	644	(175.851)
Resultado atribuível a accionistas	-	-	50	-	50
Resultado antes de impostos	7.634	26.530	50	-	34.214
Impostos sobre os lucros	(2.793)	(7.896)	-	-	(10.689)
Resultado atribuível a accionistas	4.841	18.634	50	-	23.525
Resultado atribuível a interesses não controlados	-	(1)	-	-	(1)
Resultado líquido	4.841	18.633	50	-	23.524

Segmentos de negócio	31.12.14				Total
	CIB	IPB	Outros	Eliminações	
Activos por segmento	4.321.159	2.703.575	32.346	(257.098)	6.799.982
Passivos por segmento	3.772.327	2.270.977	-	(257.098)	5.786.206

O reporte de segmentos geográficos do Grupo é baseado na localização geográfica dos clientes / activos e reparte-se da seguinte forma:

Informação geográfica

31.12.14	Total de activos	Total de passivos	Extrapatrimoniais	Proveitos	Investimento em Capital Fixo
Europa	2.613.759	1.223.891	590.499	58.878	2.615
América do Norte	1.622.764	49.627	359.860	12.468	1.019
América Central e Caraíbas	857.114	1.127.567	44.762	9.159	-
América do Sul	2.602.986	1.549.386	174.732	182.130	-
Outros países	20.917	2.568.735 (*)	1.000	3.120	-
Investimentos em associadas	28.443				
Activos / Passivos não alocados	50.524	246.950			
Total	7.796.507	6.766.156	1.170.853	265.755	3.634

(*) Este saldo corresponde essencialmente a títulos colocados em múltiplos países.

Informação geográfica

31.12.13	Total de activos	Total de passivos	Extrapatrimoniais	Proveitos	Investimento em Capital Fixo
Europa	2.963.583	1.128.459	645.763	61.923	6.758
América do Norte	1.344.232	85.595	452.085	13.797	2.958
América Central e Caraíbas	592.760	1.005.535	52.677	1.589	-
América do Sul	1.729.457	1.288.542	448.378	164.728	-
Outros países	71.720	2.075.417 (*)	13.429	4.794	-
Investimentos em associadas	32.346				
Activos / Passivos não alocados	65.884	202.658			
Total	6.799.982	5.786.206	1.612.332	246.831	9.716

(*) Este saldo corresponde essencialmente a títulos colocados em múltiplos países.

Nota 5 - Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica analisa-se como segue:

Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	31.12.14	31.12.13
Caixa	149	148
Depósitos à ordem no Banco Central Europeu	1.278	1.358
Depósitos à ordem em Bancos Centrais Estrangeiros	1.028.799	569.588
	1.030.226	571.094

Nota 6 - Activos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica analisa-se como segue:

Activos financeiros detidos para negociação	31.12.14	31.12.13
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos	118.127	95.611
Obrigações de outros emitentes	49.997	-
Instrumentos de capital		
Acções	27.777	63.163
	195.901	158.774

Os activos financeiros detidos para negociação correspondem a obrigações emitidas pelo Governo Brasileiro e a acções de empresas, utilizadas para cobrir as *Pass-Through* e as *P-Notes*. As *Pass-Through* e as *P-Notes* são notas estruturadas emitidas pelo Grupo no âmbito de um *Structured Medium Term Note programme*, e são registadas como passivos financeiros de negociação (ver **Nota 17**). O detalhe dos activos financeiros de negociação a 31 de Dezembro de 2014 e 2013 analisa-se como segue:

Activos financeiros detidos para negociação em 31.12.2014

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valor balanço/ justo valor
Instrumentos de dívida			
De emitentes públicos			
TESOURO NACIONAL BRASILEIRO	BRL	174.465	118.127
Obrigações de outros emitentes			
KLABIN SA	BRL	1.458.670	49.997
Instrumentos de capital			
Registados na BOVESPA	BRL	10.197.500	27.777
			195.901

Activos financeiros detidos para negociação em 31.12.2013

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valor balanço/ justo valor
Instrumentos de dívida			
De emitentes públicos			
TESOURO NACIONAL BRASILEIRO	BRL	190.303	95.611
			95.611
Instrumentos de capital			
Registados na BOVESPA	BRL	23.138.545	63.163
			63.163
			158.774

Nota 7 - Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	31.12.14	31.12.13
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos	275.784	158.276
	275.784	158.276

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados visa eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (“falta de balanceamento contabilístico”).

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, estes instrumentos de dívida ao justo valor correspondem a instrumentos de dívida de emissores públicos, em detalhe na tabela que se segue:

Activos financeiros ao justo valor em 31.12.2014

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/Preço		
Instrumentos de dívida						
De emitentes públicos						
KINGDOM OF BELGIUM 28-6-2017	EUR	30.000.000	1	108,76%	40.123	EURONEXT-BRUSS
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1-1-2015	BRL	321.000	378	100,00%	121.279	SAO PAULO
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1-1-2016	BRL	150.000	335	88,57%	50.192	SAO PAULO
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1-7-2015	BRL	180.000	357	94,39%	64.190	SAO PAULO
					275.784	
					275.784	

Activos financeiros ao justo valor em 31.12.2013

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor balanço/ justo valor	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/Preço		
Instrumentos de dívida						
De emitentes públicos						
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1-7-2014	BRL	88.000	404	95,34%	35.518	SAO PAULO
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 2-1-2014	BRL	151.000	423	99,96%	63.902	SAO PAULO
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 2-1-2015	BRL	34.000	382	90,33%	13.002	SAO PAULO
KINGDOM OF BELGIUM 28-6-2017	EUR	30.000.000	2	109,13%	45.854	EURONEXT-BRUSS
					158.276	
					158.276	

Nota 8 – Derivados

O Grupo contrata derivados financeiros no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes ou cobrindo posições de natureza estrutural.

O Grupo transacciona derivados financeiros, nomeadamente sob a forma de contractos sobre taxas de câmbio, taxas de juro, acções ou índices de acções, sobre a inflação ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transacções são efectuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-The-Counter*) e em mercados organizados.

A negociação de derivados em mercados organizados rege-se pelas normas e regulamentação própria desses mercados. A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral *standard*, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes.

Todos os derivados são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados. O valor nominal é o valor de referência para efeito de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação e é registado em contas extrapatrimoniais.

Derivados	31.12.14		31.12.13	
	Justo valor		Justo valor	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Derivados de negociação	233.920	(318.991)	139.116	(204.157)
Derivados embutidos	225.573	(120.991)	114.349	(80.904)
Derivados de cobertura	737	(6.200)	-	(3.377)
	460.230	(446.182)	253.465	(288.438)

A rubrica de Derivados Embutidos corresponde a montantes referentes a operações de derivados embutidos destacados de instrumentos financeiros compostos, os quais são analisados como segue:

Derivados embutidos	31.12.14		31.12.13	
	Justo valor		Justo valor	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Cross Currency Swaps	1.714	(115)	1.849	(26)
Credit Default Swaps	31.359	(6.951)	5.631	(7.772)
Opções sobre cotações	192.500	(113.925)	106.869	(73.085)
Opções sobre moedas	-	-	-	(21)
	225.573	(120.991)	114.349	(80.904)

A rubrica de Derivados de Negociação analisa-se como segue:

Derivados de negociação	31.12.14			31.12.13		
	Valor Nocional	Justo valor		Valor Nocional	Justo valor	
		Activo	Passivo		Activo	Passivo
Contratos sobre taxa de juro						
Swaps	1.064.675	15.256	(4.041)	1.604.017	20.188	(5.572)
Caps & Floors	46.415	1.753	(256)	48.745	381	(46)
Futuros						
Compra	29.000			13.500		
Venda	(438.730)	339	(13.080)	(769.300)	549	(18.370)
Contratos sobre taxa de câmbio						
Opções - Mercado de balcão						
Opções de compra						
Compra	210.045			107.805		
Venda	(210.000)	23.864	(23.864)	(107.754)	5.542	(5.507)
Opções de venda						
Compra	15.800	54	(54)	46.447	320	(320)
Venda	(15.800)			(46.462)		
Forwards						
Compra	901.018			1.062.640		
Venda	(899.062)	21.894	(22.255)	(1.059.840)	19.354	(17.486)
Swaps						
Compra	668.758			1.126.956		
Venda	(652.480)	16.129	(5)	(1.152.204)	508	(25.697)
Futuros						
Compra	135.750			113.750		
Venda	-			-		
Cross Currency Swaps	459	25.000	(24.110)	(920)	10.471	(11.237)
Contratos sobre cotações						
Opções - Mercado de balcão						
Opções de compra						
Compra	637.837			511.984		
Venda	(458.840)	93.999	(28.957)	(461.659)	51.660	(22.263)
Opções de venda						
Compra	350.932			331.196		
Venda	(1.326.763)	20.205	(163.823)	(1.067.567)	21.895	(85.077)
Equity Swaps	5.850	166	(191)	5.438	96	(480)
Contratos sobre outro tipo de subjacente						
Credit Default Swaps	(1.039.008)	15.261	(38.355)	(817.439)	8.152	(12.102)
		233.920	(318.991)		139.116	(204.157)

Itaú BBA International plc | The Broadgate Tower, Level 20 | 20 Primrose Street, London | EC2A 2EW | tel +44(0)207 663 7830 | fax +44(0)207 663 7831

Authorised by the Prudential Regulation Authority and regulated by the Financial Conduct Authority and the Prudential Regulation Authority | Registered in England and Wales Nr.07425398

A rubrica de Derivados de Cobertura analisa-se como segue:

Derivados de cobertura	Valor Nocional	31.12.14		Valor Nocional	31.12.13		
		Valor de balanço Activo	Passivo		Valor de balanço Activo	Passivo	
Derivados de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais estrangeiras							
Swaps de Moeda	Compra	26.994	617	-	29.578	-	(454)
	Venda	(26.375)			(30.035)		
Derivados de cobertura de justo valor							
Swaps de Taxa de Juro	652.350	120	(6.200)	234.252	-	(2.923)	
		<u>737</u>	<u>(6.200)</u>		<u>-</u>	<u>(3.377)</u>	

Nota 9 - Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica analisa-se como segue:

Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito	31.12.14	31.12.13
Disponibilidades	307.064	232.331
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	409.098	755.353
Activos em relação aos títulos adquiridos com acordo de revenda	-	232.088
Juros a receber	778	1.272
	<u>716.940</u>	<u>1.221.044</u>

As aplicações em instituições de crédito dadas em garantia são analisadas na **Nota 29**.

Sob acordos de revenda (*reverse repos*) o Grupo está autorizado a revender ou dar em garantia o colateral detido. O justo valor deste colateral na data do balanço foi o seguinte:

Colateral detido para Aplicações em Instituições de Crédito	31.12.14	31.12.13
Justo valor de títulos recebidos em garantia		
do qual: justo valor de títulos revendidos/dados em garantia	-	255.911

Nota 10 - Crédito a clientes

Esta rubrica analisa-se como segue:

Crédito a Clientes	31.12.14	31.12.13
Crédito a Clientes		
Descobertos	40.978	7.493
Empréstimos a médio e longo prazo	4.227.441	3.437.648
Representado por títulos	-	206.634
Desconto de saque à importação	170.456	96.035
Leasing	-	1.287
Factoring	64.691	4.437
Créditos a empregados	10.522	14.108
Juros a receber	23.039	21.556
	<u>4.537.127</u>	<u>3.789.198</u>
Crédito e juros vencidos	22.462	9.622
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(12.516)	(7.349)
Valor bruto do crédito a clientes	<u>4.547.073</u>	<u>3.791.471</u>
Imparidade do crédito	(12.265)	(7.194)
Valor líquido do crédito a clientes	<u>4.534.808</u>	<u>3.784.277</u>

A secção Risco de Crédito do Relatório Estratégico contém uma análise mais aprofundada do Crédito a Clientes do Grupo.

Nota 11 - Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica analisa-se como segue:

Activos financeiros disponíveis para venda	31.12.14	31.12.13
Instrumentos de dívida		
Obrigações de emissores públicos	384.556	404.117
Obrigações de outros emissores		
Dívida não subordinada	-	20.122
Dívida subordinada	4.393	9.584
Imparidade	(1.277)	(1.454)
Activos financeiros disponíveis para venda líquido	<u>387.672</u>	<u>432.369</u>

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe destes activos analisa-se como segue:

Activos financeiros disponíveis para venda em 31.12.2014

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor Aquisição	Imparidade	Valor balanço/ justo valor	Valias (+/-)	Mercado organizado relevante
			Nominal	Cotação/ Preço					
Instrumentos de dívida de dívida pública									
Obrigações									
REPUBLIC OF FRANCE 12-7-2015	EUR	5.000.000	1	101,06%	6.065	-	6.171	49	MTS FRANCE
KINGDOM OF BELGIUM 5-3-2015	USD	21.000.000	1	100,42%	21.062	-	21.568	26	FRANKFURT
REPUBLIC OF FRANCE 25-10-2015	EUR	10.000.000	1	102,45%	12.354	-	12.464	42	MTS FRANCE
NETHERLANDS GOVERNMENT 24-2-2017	USD	31.000.000	1	100,25%	31.141	-	31.186	(64)	EURONEXT-AMSTER
UNITED STATES OF AMERICA 31-12-2017	USD	500.000	100	98,93%	49.772	-	49.468	(305)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 15-1-2016	USD	100.000	100	100,09%	9.995	-	10.026	14	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 15-2-2016	USD	100.000	100	100,03%	9.996	-	10.017	7	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 31-3-2017	USD	50.000	100	100,44%	5.035	-	5.042	(13)	BERLIN
UNITED STATES OF AMERICA 15-6-2016	USD	650.000	100	100,08%	65.025	-	65.066	25	BERLIN
NETHERLANDS GOVERNMENT 15-1-2019	EUR	20.000.000	1	104,98%	24.509	-	25.823	896	EURONEXT-AMSTER
REPUBLIC OF FRANCE 25-5-2018	EUR	25.000.000	1	103,38%	30.602	-	31.456	669	MTS FRANCE
REPUBLIC OF ITALY 1-8-2018	EUR	19.000	1.210	113,26%	25.988	-	26.476	49	MILAN
UNITED STATES OF AMERICA 15-10-2016	USD	400.000	100	100,04%	40.011	-	40.069	4	EUROTLX
Switzerland Government 5-6-2017	CHF	2.000	1.217	91,97%	2.434	-	2.287	(195)	SIX
UNITED STATES OF AMERICA 31-1-2016	USD	220.000	100	99,97%	21.996	-	21.997	(2)	NYSE
UNITED STATES OF AMERICA 31-8-2016	USD	250.000	100	101,42%	25.163	-	25.440	192	BERLIN
					361.148	-	384.556	1.394	
De outros emissores									
Dívida subordinada									
BANIF 30-12-2015	EUR	3.000	1.210	85,83%	3.630	(1.277)	3.116	762	LUXEMBOURG
					3.630	(1.277)	3.116	762	
					384.778	(1.277)	387.672	2.156	

Activos financeiros disponíveis para venda em 31.12.2013

Natureza e espécie dos títulos	Moeda original	Quantidade	Valores unitários		Valor Aquisição	Valor balanço/ justo valor	Valias (+/-)	Mercado organizado relevante	
			Nominal	Cotação/ Preço					
Instrumentos de dívida									
De dívida pública									
Obrigações									
REPUBLIC OF FRANCE 13-7-2015	EUR	5.000.000	1	102,70%	6.940	-	7.141	136	MTS FRANCE
KINGDOM OF BELGIUM 5-3-2015	USD	21.000.000	1	102,71%	21.421	-	22.045	149	FRANKFURT
REPUBLIC OF FRANCE 26-10-2015	EUR	10.000.000	1	104,97%	14.424	-	14.541	41	EURONEXT-PARIS
UNITED STATES OF AMERICA 30-11-2017	USD	200.000	100	97,51%	19.961	-	19.511	(458)	DTC
NETHERLANDS GOVERNMENT 24-2-2017	USD	26.000.000	1	100,14%	26.173	-	26.127	(136)	EURONEXT-AMSTER
UNITED STATES OF AMERICA 29-12-2017	USD	700.000	100	97,81%	69.633	-	68.467	(1.167)	DTC
REPUBLIC OF FRANCE 25-10-2018	EUR	10.000.000	1	114,40%	15.772	-	15.872	(9)	EURONEXT-PARIS
UNITED STATES OF AMERICA 15-1-2016	USD	100.000	100	99,97%	9.990	-	10.015	7	DTC
UNITED STATES OF AMERICA 16-2-2016	USD	100.000	100	99,93%	9.992	-	10.007	1	DTC
UNITED STATES OF AMERICA 28-2-2018	USD	100.000	100	97,37%	9.935	-	9.762	(198)	DTC
UNITED STATES OF AMERICA 31-3-2017	USD	50.000	100	100,25%	5.051	-	5.025	(38)	DTC
UNITED STATES OF AMERICA 15-6-2016	USD	150.000	100	99,91%	14.929	-	14.989	56	DTC
NETHERLANDS GOVERNMENT 15-1-2019	EUR	20.000.000	1	100,30%	27.937	-	27.818	(296)	EURONEXT-AMSTER
REPUBLIC OF ITALY 15-11-2016	EUR	28.000	1.378	102,69%	39.670	-	39.935	(49)	MILAN
UNITED STATES OF AMERICA 17-10-2016	USD	50.000	100	99,82%	5.002	-	4.998	(11)	DTC
UNITED STATES OF AMERICA 31-10-2018	USD	50.000	100	98,00%	4.956	-	4.911	(56)	DTC
SWITZERLAND GOVERNMENT 5-6-2017	CHF	2.000	1.359	94,36%	2.719	-	2.620	(153)	SIX
UNITED STATES OF AMERICA 14-9-2014	USD	1.000.000	100	100,06%	100.176	-	100.333	56	NY
					404.681	-	404.117	(2.125)	
De outros emissores									
Dívida não subordinada									
Obrigações									
BANCO DO BRASIL SA, NEW YORK BRA 14-9-201	USD	20.000.000	1	100,23%	20.000	-	20.122	46	
					20.000	-	20.122	46	
Dívida subordinada									
Obrigações									
BANIF-BANCO INTERN DO FUN 30-12-2015	EUR	3.000	1.378	63,96%	4.134	(1.454)	2.644	(36)	LUXEMBOURG
DEUTSCHE BANK AG 22-9-2015	EUR	4.000	1.378	99,50%	5.511	-	5.486	(27)	FRANKFURT
					9.645	(1.454)	8.130	(63)	
					434.326	(1.454)	432.369	(2.142)	

Itau BBA Internacional plc | The Broadgate Tower, Level 20 | 20 Primrose Street, London | EC2A 2EW | tel +44(0)207 663 7830 | fax +44(0)207 663 7831

Authorised by the Prudential Regulation Authority and regulated by the Financial Conduct Authority and the Prudential Regulation Authority | Registered in England and Wales Nr.07425398

Nota 12 - Outros activos tangíveis

O movimento ocorrido nos outros activos tangíveis foi o seguinte:

	Valor bruto			Amortizações acumuladas			Saldo em						
	Saldo em 31.12.13	Aquisições	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações. Abates	Saldo em 31.12.14	Saldo em 31.12.13	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações. Abates	Saldo em 31.12.14	Saldo em 31.12.13
Outros activos tangíveis													
• Imóveis	18.600	281	346	(231)	(143)	18.853	(6.351)	(1.796)	41	112	96	(7.898)	12.249
• Mobiliário e material	5.097	201	-	(157)	-	5.141	(3.142)	(565)	-	94	-	(3.613)	1.955
• Máquinas e ferramentas	325	-	-	-	-	325	(230)	(23)	-	-	-	(253)	95
• Equipamento informático	8.028	259	-	(265)	(859)	7.203	(6.373)	(1.108)	-	203	858	(6.420)	1.655
• Instalações interiores	2.268	187	61	-	(18)	2.498	(1.073)	(208)	-	-	9	(1.272)	1.195
• Equipamento de segurança	194	9	-	-	(7)	196	(162)	(28)	-	-	7	(183)	32
• Património artístico	4.407	231	-	(215)	-	4.453	(15)	-	-	-	-	-	4.407
• Outro equipamento	17	-	-	-	-	17	-	-	-	-	-	(15)	2
• Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Outros activos tangíveis	109	322	(406)	(9)	-	616	-	-	-	-	-	-	109
		26	(18)	-	-	8	-	-	-	-	-	-	8
Total	39.045	2.186	(17)	(377)	(1.027)	39.310	(17.346)	(3.728)	41	409	970	(19.654)	21.699

¹ O saldo de "Outros activos tangíveis - Em curso - Imóveis" corresponde a obras em imóveis em curso.

	Valor bruto			Amortizações acumuladas			Saldo em						
	Saldo em 31.12.12	Aquisições	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações. Abates	Saldo em 31.12.13	Saldo em 31.12.12	Amortizações do exercício	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações. Abates	Saldo em 31.12.13	Saldo em 31.12.12
Outros activos tangíveis													
• Imóveis	14.937	82	4.283	61	(153)	18.600	(4.756)	(1.646)	-	(25)	76	(6.951)	9.581
• Mobiliário e material	4.942	370	-	42	(257)	5.097	(2.137)	(1.124)	-	(22)	141	(3.142)	2.805
• Máquinas e ferramentas	371	4	-	-	(50)	325	(242)	(38)	-	-	50	(230)	129
• Equipamento informático	9.002	1.088	144	42	(2.245)	8.028	(6.170)	(1.655)	-	(51)	1.503	(6.373)	2.832
• Instalações interiores	1.758	186	324	-	-	2.268	(925)	(148)	-	-	-	(1.073)	1.195
• Equipamento de segurança	187	7	-	-	-	194	(135)	(27)	-	-	-	(162)	52
• Outro equipamento	17	-	-	-	-	17	(14)	(1)	-	-	-	(15)	3
• Património artístico	3.709	659	-	51	(12)	4.407	-	-	-	-	-	-	3.709
• Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
• Outros activos tangíveis	295	4.385	(4.545)	(4)	(22)	109	-	-	-	-	-	-	295
	3	297	(297)	-	(3)	3	-	-	-	-	-	-	3
Total	34.621	7.078	(91)	192	(2.755)	39.045	(14.379)	(4.639)	-	(98)	1.770	(17.346)	20.242

¹ O saldo de "Outros activos tangíveis - Em curso - Imóveis" corresponde a obras em imóveis em curso.

Nota 13 - Goodwill e activos intangíveis

Esta rubrica analisa-se como segue:

Goodwill e activos intangíveis	31.12.14	31.12.13
Activos Intangíveis		
- Valor bruto	64.247	63.141
- Imparidade	(41.947)	(36.410)
	<u>22.300</u>	<u>26.731</u>
Goodwill		
- Valor bruto	74.023	74.023
	<u>74.023</u>	<u>74.023</u>
	<u>96.323</u>	<u>100.754</u>

As diferenças de consolidação (*goodwill*) apresentadas resultam de aquisições de unidades, negócios e carteiras de *Private Banking*, que se verificaram no Grupo desde Maio de 2007.

De acordo com a IAS 36, este *goodwill* é anualmente testado para imparidade como parte do teste de imparidade do grupo de unidades geradoras de caixa com o qual está relacionado, e que deverá beneficiar da combinação de negócios da qual este *goodwill* resultou (conforme IFRS 3).

O teste de imparidade do *goodwill* consiste na comparação do valor actual dos *cash flows* futuros esperados nesse grupo de unidades geradoras de caixa, com o valor de balanço dos seus activos líquidos.

O movimento ocorrido nos activos intangíveis foi o seguinte:

	Valor bruto			Amortizações acumuladas			Saldo em 31.12.13	Saldo em 31.12.14					
	Saldo em 31.12.13	Aquisições	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações Abates	Saldo em 31.12.13			Amortizações do exercício	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações Abates	Saldo em 31.12.14
Activos intangíveis	12.677	1.464	862	1.174	(203)	(128)	14.202	14.202	(1.706)	121	128	(11.007)	3.195
◦ Software	49.000	-	-	-	-	-	49.000	49.000	(4.080)	-	-	(30.940)	18.060
◦ Goodwill identificado como intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
◦ Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
◦ Em curso	1.464	-	766	(1.157)	-	(28)	1.045	1.045	-	-	-	-	1.045
Software ¹	63.141	1.464	1.448	17	(203)	(156)	64.247	64.247	(5.786)	121	128	(41.947)	22.300
Total	63.141	1.464	1.448	17	(203)	(156)	64.247	64.247	(5.786)	121	128	(41.947)	22.300

	Valor bruto			Amortizações acumuladas			Saldo em 31.12.12	Saldo em 31.12.13					
	Saldo em 31.12.12	Aquisições	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações Abates	Saldo em 31.12.12			Amortizações do exercício	Transfe- rências	Variação cambial	Alienações Abates	Saldo em 31.12.13
Activos intangíveis	19.153	1.802	91	22	(8.331)	(24)	12.677	12.677	(2.160)	(24)	7.416	(9.550)	4.371
◦ Software	74.500	-	-	-	(25.500)	-	49.000	49.000	(5.850)	-	25.500	(26.860)	27.990
◦ Goodwill identificado como intangível	4.792	-	-	137	(4.929)	-	-	-	(518)	(142)	4.929	-	523
◦ Outros activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
◦ Em curso	628	-	836	-	-	-	1.464	1.464	-	-	-	-	628
Software ¹	99.073	2.638	91	159	(38.830)	(166)	63.141	63.141	(8.528)	(166)	37.845	(36.410)	26.731
Total	99.073	2.638	91	159	(38.830)	(166)	63.141	63.141	(8.528)	(166)	37.845	(36.410)	26.731

¹ O saldo de "Outros activos intangíveis - Em curso - Software" corresponde ao desinvestimento em curso do mesmo e implementação pendente de software para aquisições.

¹ O saldo de "Outros activos intangíveis - Em curso - Software" corresponde ao desenvolvimento em curso do mesmo e implementação pendente de software para aquisições.

Nota 14 - Investimentos em associadas e subsidiárias

Em 31 de Dezembro de 2014, a informação financeira do Banco e das subsidiárias é apresentada como segue:

Subsidiárias	Participação (%)		Total do activo líquido a)	Total dos capitais próprios a)	Resultado do exercício a)
	Directa	Efectiva			
Itau BBA International (Cayman) Ltd	100,00%	100,00%	3.143	3.143	(18)
Itaú Europa Luxembourg, SA	99,9898%	99,9898%	234.846	225.039	(2.038)
Banco Itaú Suisse, SA	-	99,9898%	1.038.433	171.127	16.137
Banco Itaú International	100,00%	100,00%	2.217.579	276.433	9.586
Itaú International Securities, Inc.	100,00%	100,00%	31.873	26.369	3.513

a) Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2014 (saldos contabilísticos, antes de movimentos de consolidação);

Associadas	Participação Efectiva (%)		Valor de Balanço		Resultado de Equivalência Patrimonial	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
IPI - Itaúsa Portugal Investimentos - SGPS, Lda.	49,00%	49,00%	28.443	32.346	40	50
			<u>28.443</u>	<u>32.346</u>	<u>40</u>	<u>50</u>

Os investimentos em associadas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial, o que significa que o valor do investimento inicialmente reconhecido como custo é ajustado pela alteração pós-aquisição do valor dos activos líquidos da empresa associada, na proporção detida pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem os resultados da associada, na proporção detida.

A associada **IPI - Itaúsa Portugal Investimentos – SGPS, Lda** (IPI), sediada na Zona Franca da Madeira, foi constituída em 22 de Fevereiro de 2000 e tem por objecto a gestão de participações sociais. O seu capital social realizado e subscrito pelos sócios ascende a €29.844 milhares e é detido em 49% pelo IBBAInt e 51% pela Afincó Américas Madeira – SGPS, Lda, uma subsidiária do Itaú Unibanco Holding, S.A..

Os dados financeiros mais significativos, extraídos das demonstrações financeiras da associada (preparadas segundo as normas IAS/IFRS) e convertidos para USD, são como segue:

Associadas - IPI	31.12.14	31.12.13
Activo líquido	58.083	66.029
Passivo	35	17
Capitais Próprios	58.048	66.012
Lucro do Exercício	81	103

Nota 15 - Activos por impostos diferidos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Activos por impostos diferidos	31.12.14	31.12.13
Activos financeiros disponíveis para venda	328	469
Provisões	537	262
Depreciação e amortização de tangíveis e intangíveis	2.970	2.727
Prejuízos fiscais reportáveis	5.948	12.383
Outros	985	1.299
	10.768	17.140

Activos por impostos diferidos	31.12.14	31.12.13
A recuperar após mais de 12 meses	7.520	10.904
A recuperar dentro de 12 meses	3.248	6.236
	10.768	17.140

Os impostos diferidos líquidos são compostos como segue:

Impostos diferidos líquidos	31.12.14	31.12.13
Activos por impostos diferidos	10.768	17.140
Passivos por impostos diferidos (Nota 22)	(12.504)	(10.615)
	(1.736)	6.525

O movimento dos impostos diferidos líquidos analisa-se como segue:

Movimento dos impostos diferidos	31.12.14	31.12.13
A 1 de Janeiro	6.525	15.066
Por resultados	(6.721)	(9.023)
Alienações / Abates	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	(761)	364
Por outras rubricas de capital próprio	(779)	118
A 31 de Dezembro	(1.736)	6.525

Para a composição dos passivos por impostos diferidos ver **Nota 22**.

Nota 16 - Outros activos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outros activos	31.12.14	31.12.13
Devedores e outras aplicações		
Sector Público Administrativo	173	185
Outros Devedores	5.389	1.789
	<u>5.562</u>	<u>1.974</u>
Rendimentos a receber		
Por compromissos irrevogáveis assumidos com terceiros	273	503
Por serviços bancários prestados	11.288	5.365
Por operações realizadas por conta de terceiros	1.839	5.422
Outros rendimentos a receber		
Comissões sobre garantias prestadas	94	10
	<u>13.494</u>	<u>11.300</u>
Despesas com encargo diferido		
Rendas e alugueres	730	768
Seguros	342	129
Manutenção de sistemas e equipamentos	507	130
Serviços de informações	141	206
Publicações e Publicidade	13	11
Outras despesas com encargo diferido	6.145	4.672
	<u>7.878</u>	<u>5.916</u>
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar		
Títulos em negociação	317	14.842
Outras	5.967	854
	<u>6.284</u>	<u>15.696</u>
	<u>33.218</u>	<u>34.886</u>

Nota 17 - Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a notas estruturadas emitidas pelo Grupo no âmbito de um *Structured Medium Term Note Programme*. O Grupo emite dois tipos de notas estruturadas classificadas como passivos financeiros detidos para negociação, ambas de natureza *pass-through*, onde o Grupo passa para o cliente todo o resultado e os riscos relativos ao activo subjacente: *Currency Constraint and Credit-Linked Notes* as quais são cobertas por obrigações do Governo Brasileiro, e *Currency Constraint and Equity Participation Notes* (também denominadas como *P-Notes*) cobertas essencialmente por acções de empresas Brasileiras. As obrigações e acções que cobrem os passivos financeiros de negociação encontram-se registadas como Activos financeiros detidos para negociação (ver **Nota 6**).

Passivos financeiros detidos para negociação em 31.12.2014

Emitente	Tipo de Emissão	Moeda	Valor de Emissão USD'000	Reavaliação	Saldo em 31.12.14
IBBAInt London	Equity Participation Notes	USD	92.596	(64.927)	27.669
IBBAInt London	Debt Participation Notes	USD	192.432	(24.314)	168.118
					195.787

Passivos financeiros detidos para negociação em 31.12.2013

Emitente	Tipo de Emissão	Moeda	Valor de Emissão USD'000	Reavaliação	Saldo em 31.12.13
IBBAInt London	Equity Participation Notes	USD	128.797	(65.858)	62.939
IBBAInt London	Debt Participation Notes	USD	124.563	(28.961)	95.602
					158.541

Nota 18 - Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica analisa-se como segue:

Recursos de outras Instituições de Crédito	31.12.14	31.12.13
Depósitos à ordem	34	5
Mercado Monetário Interbancário / Depósitos a prazo	562.626	613.201
Depósitos fiduciários	7.000	9.000
Empréstimos sindicados	242.000	275.590
Outros recursos	762	198
Juros a pagar	2.337	2.904
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(494)	(1.080)
	814.265	899.818

Nota 19 - Recursos de clientes e outros empréstimos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Recursos de Clientes e outros empréstimos	31.12.14	31.12.13
Depósitos à vista	2.561.131	2.032.090
Depósitos a prazo	211.626	269.567
Outros recursos	1.555	1.888
Juros a pagar	259	543
	2.774.571	2.304.088

Nota 20 - Responsabilidades representadas por títulos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Responsabilidades representadas por títulos	31.12.14	31.12.13
Floating Rate Notes	5.000	6.186
Certificados de depósito	108.860	150.878
Instrumentos financeiros compostos	2.125.274	1.719.622
Juros líquidos a pagar	20.767	27.802
	2.259.901	1.904.488

Floating Rate Notes a 31 de Dezembro de 2014

Entidade emitente	Designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em USD'000	Recompras	Saldo em 31.12.14	Taxa de Juro		Periodicidade de pagamento	Maturidade
								Indexante	Taxa actual		
IBBAInt London	Fixed Rate Notes	Oct-13	USD	3.000	3.000	-	3.000	Fixed	3,13%	Anual	Oct-23
IBBAInt London	Fixed Rate Notes	Oct-14	USD	2.000	2.000	-	2.000	Fixed	1,70%	Anual	Oct-17
							<u>5.000</u>				

Floating Rate Notes a 31 de Dezembro de 2013

Entidade emitente	Designação	Data de emissão	Moeda	Quantidade	Montante da emissão em USD'000	Recompras	Saldo em 31.12.14	Taxa de Juro		Periodicidade de pagamento de juros	Maturidade
								Indexante	Taxa actual		
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Dec-09	USD	1.100	1.963	-	1.963	USLibor 12m	4,48%	Semestral	Dec-14
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Oct-11	USD	200	200	-	200	USLibor 12m	2,66%	Semestral	Oct-14
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Feb-12	USD	1.470	453	-	453	USLibor 12m	2,41%	Anual	Feb-14
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Oct-13	USD	1.963	3.000	-	3.000	USLibor 6m	3,13%	Anual	Oct-23
IBBAInt London	Floating Rate Notes	Aug-12	USD	300	570	-	570	USLibor 6m	3,50%	Anual	Feb-14
							<u>6.186</u>				

Itau BBA International plc | The Broadgate Tower, Level 20 | 20 Primrose Street, London | EC2A 2EW | tel +44(0)207 663 7830 | fax +44(0)207 663 7831

Authorised by the Prudential Regulation Authority and regulated by the Financial Conduct Authority and the Prudential Regulation Authority | Registered in England and Wales Nr.07425398

Certificados de depósito a 31 de Dezembro de 2014

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em USD'000	Recompras	Saldo em 31.12.14	Taxa de juro efectiva média	Prazo médio de emissão inicial
Certificados de depósito	(a) EUR	5.259	-	5.259	0,12%	50
Certificados de depósito	(a) USD	94.555	-	94.555	0,47%	1.258
Certificados de depósito	(a) GBP	9.046	-	9.046	1,42%	334
				<u>108.860</u>		

(a) O montante global do Euro Certificate of Deposit Programme é de USD 2.000 milhões.

Certificados de depósito a 31 de Dezembro de 2013

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em USD'000	Recompras	Saldo em 31.12.14	Taxa de juro efectiva média	Prazo médio de emissão inicial
Certificados de depósito	(a) EUR	499	-	499	0,97%	360
Certificados de depósito	(a) USD	148.041	-	148.041	0,66%	967
Certificados de depósito	(a) GBP	2.338	-	2.338	1,79%	414
				<u>150.878</u>		

(a) O montante global do Euro Certificate of Deposit Programme é de USD 2.000 milhões.

Instrumentos financeiros compostos a 31 de Dezembro de 2014

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em USD'000	Recompras	Saldo em 31.12.14	Taxa de juro efectiva média	Prazo médio de emissão inicial
BUFFERED NOTE	USD	4.204	-	4.204	2,90%	1.670
CAPITAL PROTECTED NOTE	USD	17.520	-	17.520	2,83%	1.618
CAPPED NOTE	USD	223.837	(150)	223.687	2,36%	989
CAPPED NOTE	EUR	950	-	950	1,61%	1.098
COLLARED FLOATING RATE NOTE	USD	24.859	(500)	24.359	0,72%	1.668
CREDIT LINKED NOTE	USD	1.019.400	-	1.019.400	1,98%	1.321
CREDIT LINKED NOTE	EUR	1.133	-	1.133	1,51%	1.852
FX LINKED NOTE	USD	20.490	-	20.490	2,03%	567
FX WEDDING CAKE NOTE	USD	1.481	-	1.481	4,31%	363
KNOCK-IN NOTE	USD	17.687	-	17.687	3,28%	1.610
PHOENIX AUTOCALL NOTE	USD	118.315	-	118.315	1,32%	859
PHOENIX WORST OF AUTOCALL	USD	377.622	(150)	377.472	0,90%	850
PHOENIX WORST OF AUTOCALL	EUR	14.544	-	14.544	0,80%	732
STEP UP NOTE	USD	26.942	-	26.942	2,05%	580
UNCAPPED NOTE	USD	147.183	-	147.183	2,04%	880
UNCAPPED NOTE	EUR	7.653	-	7.653	1,78%	730
US INFLATION LINKED NOTE	USD	2.536	-	2.536	4,98%	1.473
WORST OF NOTE	USD	70.494	-	70.494	2,66%	1.005
XS UP NOTE	USD	28.011	-	28.011	2,22%	1.019
XS UP NOTE	GBP	1.213	-	1.213	1,78%	730
				<u>2.125.274</u>		

Itaú BBA International plc | The Broadgate Tower, Level 20 | 20 Primrose Street, London | EC2A 2EW | tel +44(0)207 663 7830 | fax +44(0)207 663 7831

Authorised by the Prudential Regulation Authority and regulated by the Financial Conduct Authority and the Prudential Regulation Authority | Registered in England and Wales Nr.07425398

Instrumentos financeiros compostos a 31 de Dezembro de 2013

Tipo de Emissão	Moeda	Montante da emissão em USD'000	Recompras	Saldo em 31.12.13	Taxa de juro efectiva média	Prazo médio de emissão inicial
BUFFERED NOTE	USD	2.007	-	2.007	2,92%	1.820
CAPITAL PROTECTED NOTE	USD	9.353	-	9.353	2,99%	1.825
CAPPED NOTE	USD	242.364	(1.200)	241.164	2,34%	859
COLLARED FLOATING RATE NOTE	USD	674	-	674	0,98%	1.826
CREDIT LINKED NOTE	USD	802.827	-	802.827	2,15%	1.213
CREDIT LINKED NOTE	EUR	6.022	-	6.022	1,71%	1.734
ENHANCED XS UP NOTE	USD	6.629	-	6.629	1,80%	365
FIXED RATE NOTE	USD	3.847	-	3.847	2,87%	1.087
FX LINKED NOTE	USD	34.719	-	34.719	1,82%	366
FX WEDDING CAKE NOTE	USD	750	-	750	2,74%	360
INDEX LINKED NOTE	USD	314	-	314	2,70%	1.096
INDEX WEDDING CAKE NOTE	USD	1.691	-	1.691	11,53%	431
KNOCK-IN NOTE	USD	20.772	-	20.772	3,34%	1.598
PHOENIX AUTOCALL NOTE	USD	54.934	-	54.934	1,07%	862
PHOENIX WORST OF AUTOCALL	USD	304.550	-	304.550	0,75%	841
PHOENIX WORST OF AUTOCALL	EUR	8.075	-	8.075	0,30%	732
STEP UP NOTE	USD	57.685	-	57.685	2,71%	512
STRADDLE NOTE	USD	3.622	-	3.622	3,56%	457
UNCAPPED NOTE	USD	72.499	(1.200)	71.299	2,09%	710
UNCAPPED NOTE	EUR	2.169	-	2.169	2,22%	730
US INFLATION LINKED NOTE	USD	2.662	-	2.662	5,15%	1.496
WORST OF NOTE	USD	68.519	-	68.519	3,06%	1.206
XS UP NOTE	USD	15.338	-	15.338	1,67%	565
				<u>1.719.622</u>		

Em 31 de Dezembro de 2014, não existem débitos representados por títulos cotados.

Nota 21 - Passivos subordinados

Esta rubrica analisa-se como segue:

Passivos Subordinados	31.12.14	31.12.13
Emissões Subordinadas	30.000	30.000
Juros a pagar	55	59
	<u>30.055</u>	<u>30.059</u>

Em 2014 e 2013, não houve emissões, recompras ou reembolsos de dívida subordinada.

Nota 22 - Passivos por impostos diferidos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Passivos por impostos diferidos	31.12.14	31.12.13
Activos financeiros disponíveis para venda	243	38
Derivados	-	6
Amortização de goodwill	12.252	10.571
Other	9	-
	12.504	10.615
	12.504	10.615

Passivos por impostos diferidos	31.12.14	31.12.13
A pagar após mais de 12 meses	12.252	10.571
A pagar dentro de 12 meses	252	44
	12.504	10.615
	12.504	10.615

Para o movimento dos impostos diferidos líquidos ver **Nota 15**.

Nota 23 - Outros passivos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outros passivos	31.12.14	31.12.13
Credores e outros recursos		
Sector Público Administrativo	3.207	2.478
Outros Credores	1.734	2.267
	<u>4.941</u>	<u>4.745</u>
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal		
Pagamento baseado em ações	9.034	3.010
Outros gastos com pessoal	25.806	30.841
Gastos gerais administrativos		
Auditoria	648	868
Consultoria	210	190
Estruturação e suporte técnico	6	12
Outros serviços especializados	217	173
Outros fornecimentos de terceiros	124	438
De garantias recebidas	658	-
Outros encargos a pagar	15.081	17.059
	<u>51.784</u>	<u>52.591</u>
Receitas com rendimento diferido		
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1.636	1.708
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	73
Rendas	1.063	1.216
Outras receitas com rendimento diferido	4.469	1.160
	<u>7.168</u>	<u>4.157</u>
Outras contas de regularização		
Responsabilidades com planos de pensões		
Benefício definido líquido (Nota 24)	1.491	1.706
Operações Cambiais a liquidar	6	321
Outras operações a regularizar		
Valores cobrados	36.731	108.908
Outras	5.835	1.337
	<u>161.599</u>	<u>112.272</u>
	<u>225.492</u>	<u>173.765</u>

O saldo de valores cobrados reconhecido em outras contas de regularização é composto principalmente por títulos e notas estruturadas pendentes de liquidação.

Nota 24 - Planos de pensão de benefício definido

A subsidiária Banco Itaú Suisse opera um plano pós-emprego considerado de benefício definido devido aos benefícios mínimos inerentes garantidos pela lei suíça. O fundo de pensão relacionado celebrou um contrato de seguro para cobrir todos os investimentos e riscos de subscrição (invalidez, morte e idade avançada). Os riscos para o empregador Banco Itaú Suisse residem na possibilidade do fundo de pensão mudar o seu sistema de financiamento (contribuições e benefícios futuros) a qualquer momento. O fundo de pensão também pode rescindir o contrato existente dentro do período de aviso prévio contratual em conformidade com o direito suíço. Além disso, o fundo de pensões está autorizado a solicitar prémios de risco e de custo mais elevados ao empregador e empregados.

A tabela seguinte contém informação sobre os passivos do Grupo respeitantes a planos de benefícios de cessação de emprego:

Passivos líquidos de pensões com benefícios definidos	31.12.14	31.12.13
Responsabilidades com Benefícios Definidos	11.487	10.310
Justo valor de ativos do plano	(9.996)	(8.604)
Déficit total dos planos de pensão com benefícios definidos:	1.491	1.706
Ajuste no teto de activos	-	-
Passivos líquidos de pensões com benefício definidos	1.491	1.706

Os movimentos no plano de pensões com benefícios definidos para 2014 e 2013 são os seguintes:

Movimentos no plano de pensões com benefícios definidos	Responsabilidade definida	Activos ao justo valor	Passivo líquido definido
A 01.01.14	10.310	(8.604)	1.706
Diferenças cambiais	(1.082)	903	(179)
Juros e encargos similares / (proveitos)	230	(196)	34
Custo de serviço actual (empregador)	1.419	-	1.419
Contribuições:	-	-	-
- Empregador	910	(1.365)	(455)
- Participantes do plano	-	(910)	(910)
Benefícios (pagos) / depositados	157	(157)	-
Custo do serviço histórico	(296)	-	(296)
(Ganhos) e perdas na liquidação	-	-	-
Efeito de combinação de negócios e abates	-	-	-
Custos administrativos (excl. custos de gestão de ativos do plano)	5	-	5
(Ganho) / perda actuarial nas responsabilidades de benefício definidas	-	-	-
- derivados de mudanças em pressupostos financeiros	464	-	464
- derivados de mudanças em pressupostos demográficos	-	-	-
- derivados de ajustamentos teste	(630)	-	(630)
Ganhos nos activos do plano excluindo juros e rendimentos similares	-	333	333
A 31.12.14	11.487	(9.996)	1.491

Movimentos no plano de pensões com benefícios definidos	Responsabilidade definida	Activos ao justo valor	Passivo líquido definido
A 01.01.13	6.128	(5.008)	1.120
Juros e encargos similares / (proveitos)	152	(128)	24
Custo de serviço actual (empregador)	1.586	-	1.586
Contribuições:			
- Empregador	676	(1.259)	(583)
- Participantes do plano	-	(676)	(676)
Benefícios (pagos) / depositados	1.475	(1.475)	-
Custo do serviço histórico	-	-	-
(Ganhos) e perdas na liquidação	-	-	-
Efeito de combinação de negócios e abates	-	-	-
Custos administrativos (excl. custos de gestão de ativos do plano)	3	-	3
(Ganho) / perda actuarial nas responsabilidades de benefício definidas			
- derivados de mudanças em pressupostos financeiros	(257)	-	(257)
- derivados de mudanças em pressupostos demográficos	244	-	244
- derivados de ajustamentos teste	303	-	303
Ganhos nos activos do plano excluindo juros e rendimentos similares	-	(58)	(58)
A 31.12.13	10.310	(8.604)	1.706

Tal como na última data de avaliação, o valor actual do plano de pensões com benefícios definidos é exclusivamente relacionado com colaboradores activos. Os pressupostos actuariais em 2014 e 2013 foram os seguintes:

Pressupostos actuariais	31.12.14	31.12.13
Taxa de desconto (DR)	1,80%	2,20%
Aumentos salariais de longo-prazo (SI)	0,00%	0,00%
Aumentos nas pensões no longo-prazo	0,00%	0,00%
Inflação de longo-prazo	0,50%	0,50%
Tabela de Mortalidade	BVG 2010 GT	BVG2010 GT
Probabilidade de Reforma	100%	100% (*)

(*) na idade normal de reforma definida

A sensibilidade do plano de pensões com benefícios definidos a mudanças nos pressupostos principais ponderados é como se segue:

Impactos em Responsabilidades de Benefícios Definidas

	Novo passivo de benefício definido	% Variação
Responsabilidades de Benefício Definido com taxa de desconto de -0.25%	11.999	4,5%
Responsabilidades de Benefício Definido com taxa de desconto de +0.25%	11.012	(4,1%)
Responsabilidades de Benefício Definido a 31.12 com aumentos salariais de longo-prazo de -0.25%	11.331	(1,4%)
Responsabilidades de Benefício Definido a 31.12 com aumentos salariais de longo-prazo de +0.25%	11.626	1,2%
Responsabilidades de Benefício Definido a 31.12 com esperança de vida +1 ano	11.577	0,8%
Responsabilidades de Benefício Definido a 31.12 com esperança de vida -1 ano	11.398	(0,8%)

As contribuições como percentagem do salário pensionável dos colaboradores e empregador são usados para financiar os benefícios. As contribuições expectáveis para o plano de benefícios definido para o ano que termina a 31 de Dezembro de 2015 são como se segue:

Melhor estimativa de contribuições para o próximo ano

Contribuições pelo empregador	1.299
Contribuições pelos participantes do plano	698

A duração média do plano de pensões com benefícios definidos é de 17,2 anos.

Nota 25 - Capital

O capital do Banco em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é de USD 600 m, representado por 60,000,045 acções ordinárias com o valor nominal de USD 10 cada, integralmente subscrito e realizado pelo accionista único - Itaúsa Portugal.

Nota 26 - Reservas de reavaliação

Esta rubrica analisa-se como segue:

Reservas de reavaliação	31.12.14	31.12.13
Reserva de reavaliação de justo valor de activos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	2.156	(2.142)
Impostos diferidos	(486)	293
Reserva de reavaliação cambial	385	(1.621)
Reserva de cobertura do investimento líquido em unidades operacionais no estrangeiro	(244)	38
Outras reservas de reavaliação		
Remensuração de obrigações de benefício definido pós-emprego	(1.418)	(1.397)
	393	(4.829)

Nota 27 - Reservas de reavaliação

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outras Reservas	31.12.14	31.12.13
Reserva Legal	6.257	12.588
Reserva de Fusão	448.740	448.740
Reserva Especial	30.028	31.947
Outras Reservas	8.820	(6)
	493.845	493.269

A reserva legal e a reserva especial estão relacionadas com requisitos legais da subsidiária IE Luxemburgo.

A reserva de fusão foi constituída na data efectiva da fusão entre o Banco e o Banco Itaú BBA International S.A. (Itaú BBA Portugal) em Fevereiro de 2013 e corresponde ao excesso de capital do Banco após a emissão de novas acções, as reservas resultados transitados do Itaú BBA Portugal e outros ajustamentos à data da fusão.

Nota 28 - Interesses não controlados

Esta rubrica analisa-se como segue:

Interesses não controlados	Balanco		Resultados	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Accionistas minoritários de:				
Itaú Europa Luxembourg, SA	22	17	(1)	(1)
	22	17	(1)	(1)

Nota 29 - Garantias e compromissos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Garantias e compromissos	31.12.14	31.12.13
Garantias prestadas		
Garantias Institucionais		
Garantias e avales	181.425	123.859
Cartas de crédito "stand-by"	180.642	162.705
Outras garantias institucionais prestadas	-	5.254
	362.067	291.818
Activos financeiros dados em garantia		
Títulos	17.365	14.027
Outros activos	13.732	19.637
	31.097	33.664
	393.164	325.482
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis	724.086	1.016.971
Commitment letters	84.700	-
Linhas de crédito revogáveis	-	303.543
	808.786	1.320.514

O detalhe dos activos financeiros dados em garantia é a seguinte:

Activos financeiros dados como garantia	31.12.2014		31.12.2013	
	Activo	Passivo relacionado	Activo	Passivo relacionado
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	17.365	16	14.027	21
Disponibilidades e Aplicações em Instituições de Crédito (Nota 9):	13.732	13.080	19.637	18.370
	31.097	13.096	33.664	18.391

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os activos financeiros designados ao justo valor dados em garantia correspondem a títulos depositados na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros - São Paulo, Brasil), como margem para operações de futuros BMF_USD.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as aplicações em instituições de crédito dadas em garantia correspondem a depósitos de colateral para operações de futuros CME_USD.

Nota 30 - Provisões e imparidade

O movimento ocorrido em imparidades e provisões do Grupo foi o seguinte:

Imparidade e outras provisões	31.12.14	31.12.13
A 1 de Janeiro	8.811	17.193
Ganhos e perdas no exercício reconhecidos na demonstração de resultados		
- Crédito a clientes	20.149	3.273
- Activos financeiros disponíveis para venda	-	1.428
- Garantias e compromissos	145	38
- Outras provisões	-	7
	20.294	4.746
Utilização/Write-off		
- Crédito a clientes	(13.668)	(11.790)
- Outras provisões	-	(1.394)
	(13.668)	(13.184)
Ajustamentos de conversão cambial	(1.587)	56
A 31 de Dezembro	13.850	8.811
No que se refere a:		
- Crédito a clientes	12.265	7.194
- Activos financeiros disponíveis para venda	1.277	1.454
- Garantias e compromissos	308	163
A 31 de Dezembro	13.850	8.811

Nota 31 - Margem financeira

Esta rubrica analisa-se como segue:

Margem financeira	31.12.14	31.12.13
Juros e Rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades em bancos centrais	1.912	1.814
Juros de aplicações em instituições de crédito	9.409	7.877
Juros de crédito	112.256	106.736
Juros de crédito vencido	4	3
Juros de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	4.644	617
Juros de títulos disponíveis para venda	2.557	3.293
	130.782	120.340
Juros e Encargos Similares		
Juros de captações de instituições de crédito	(8.839)	(10.516)
Juros de descobertos	(7)	-
Juros de REPOS	(50)	-
Juros de depósitos de clientes	(1.430)	(2.944)
Juros de emissão de obrigações	(208)	(1.032)
Juros de emissão de certificados de depósito	(2.430)	(5.988)
Juros de emissão de instrumentos financeiros compostos	(37.811)	(33.073)
Juros de passivos financeiros ao justo valor	(4.933)	-
Juros de emissão de obrigações subordinadas	(217)	(250)
Outros juros e encargos similares	(724)	(24)
	(56.649)	(53.827)
	74.133	66.513

Nota 32 - Comissões líquidas

Esta rubrica analisa-se como segue:

Comissões líquidas	31.12.14	31.12.13
Comissões Recebidas		
Por Garantias Prestadas	2.329	2.054
Por Compromissos Assumidos Perante Terceiros	5.096	3.692
Por Operações sobre Instrumentos Financeiros	369	1.341
Por Serviços Bancários Prestados	127.140	114.338
Por Operações Realizadas por Conta de Terceiros	39	5.066
	<u>134.973</u>	<u>126.491</u>
Comissões Pagas		
Por Garantias Recebidas	(2.389)	(2.839)
Por Compromissos Assumidos Por Terceiros	(46)	(85)
Por Operações sobre Instrumentos Financeiros	(590)	(23)
Por Serviços Bancários Prestados Por Terceiros	(4.708)	(4.330)
Por Operações Realizadas por Terceiros	(2.243)	(2.301)
Custos de outras comissões	(614)	(821)
	<u>(10.590)</u>	<u>(10.399)</u>
	<u>124.383</u>	<u>116.092</u>

Nota 33 - Resultados em operações financeiras

Esta rubrica analisa-se como segue:

Resultados em operações financeiras	31.12.14	31.12.13
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados		
Resultados de activos financeiros detidos para negociação	27.654	(31.396)
Resultados de passivos financeiros detidos para negociação	(298)	64.024
Resultados de outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	13.784	6.771
Resultados de instrumentos derivados	5.857	15.228
Resultados de reavaliação cambial	(35.996)	(34.194)
	11.001	20.433
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	673	(96)
Títulos de capital	2	(2)
	675	(98)
Outros resultados em operações financeiras		
Resultados na compra/alienação de créditos	-	(328)
Resultados na compra/alienação de outros activos financeiros	(436)	192
Resultados na recompra de emissões próprias	-	1
Resultados em instrumentos estruturados	3.092	5.418
Outros resultados em operações financeiras	(39)	(1.929)
	2.617	3.354
	14.293	23.689

Nota 34 - Outros proveitos operacionais

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outros proveitos operacionais	31.12.14	31.12.13
Reembolso de despesas	2.741	2.585
Resultado de <i>service level agreements</i>	8.097	1.608
Reembolso de impostos	-	18
Ganhos em activos tangíveis	-	2
Ganhos em subsidiárias	-	1.175
Outros proveitos operacionais	1.943	3.079
	12.781	8.467

As receitas derivadas de contractos intra-grupo aumentou substancialmente como consequência da transferência do negócio de corretagem do IBBA UK Securities para o Banco, sendo que as receitas

relacionadas com os serviços de corretagem são geradas através de contratos intra-grupo entre o Banco e outras entidades do Grupo Itaú.

Em 31 de Outubro de 2013, a subsidiária Itaú Europa Luxemburgo (IEL) vendeu a participação que detinha na Itaú Bank & Trust Bahamas para outra empresa Grupo Itaú, pelo seu valor líquido contabilístico (USD 38.244.022), não gerando lucro ou prejuízo nas demonstrações financeiras separadas do IEL, mas um ganho de USD 1.175 milhares nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nota 35 - Custos com o pessoal

Esta rubrica analisa-se como segue:

Custos com pessoal	31.12.14	31.12.13
Remuneração	81.762	76.819
Encargos sociais	7.666	7.627
Encargos com pensões		
- Planos de contribuição definida	1.749	2.083
- Planos de benefício definido	1.948	297
Pagamento baseado em acções	4.882	2.179
Outros custos com o pessoal		
- Severance	4.631	748
- Outros	6.192	5.134
	108.830	94.887

Em 31 de Dezembro de 2014, o número de colaboradores (incluindo os membros dos Órgãos Sociais) ao serviço do Grupo é de 378 (31.12.13: 428 colaboradores), dos quais 158 colaboradores no segmento CIB (31.12.13: 166 colaboradores) e 220 colaboradores no segmento IPB (31.12.13: 231 colaboradores).

Nota 36 - Gastos gerais administrativos

Esta rubrica analisa-se como segue:

Gastos gerais administrativos	31.12.14	31.12.13
Fornecimentos	1.635	1.222
Serviços		
Rendas e Alugueres	6.505	6.903
Comunicações	3.125	2.943
Deslocações, estadas e representações	4.858	5.298
Publicações	2.450	2.232
Conservação e reparação	1.303	1.238
Transportes	1	-
Fomação de pessoal	669	749
Seguros	538	526
Serviços especializados	22.408	26.254
Service level agreements	8.267	9.512
Outros serviços	6.336	4.204
	56.460	59.859
	58.095	61.081

Nota 37 - Outras despesas operacionais

Esta rubrica analisa-se como segue:

Outros custos operacionais	31.12.14	31.12.13
Quotizações e Donativos	251	446
Perdas em activos tangíveis	55	207
Impostos indirectos	1.849	2.469
Impostos directos	788	1.202
Outras perdas operacionais	2.522	2.392
	5.465	6.716

Nota 38 - Impostos sobre os lucros

Esta rubrica analisa-se como segue:

Impostos sobre os lucros	31.12.14	31.12.13
Imposto corrente referente ao período de reporte	(3.292)	(3.930)
Imposto corrente referente a períodos anteriores	(888)	2.264
Total de imposto corrente	(4.180)	(1.666)
Originação e reversão de diferenças temporárias relativas a:		
Imparidade de crédito	-	(1.015)
Provisões	307	(1.412)
Derivados	(39)	237
Amortização de goodwill	(1.612)	(1.612)
Depreciação e amortização de tangíveis e intangíveis	220	460
Activos financeiros disponíveis para venda	495	168
Outros	(325)	(407)
Utilização de prejuízos fiscais reportáveis	(5.767)	(5.442)
Total de imposto diferido	(6.721)	(9.023)
	(10.901)	(10.689)

Para a movimento dos impostos diferidos líquidos ver **Nota 15**.

A tabela abaixo apresenta a reconciliação entre a carga fiscal real do Grupo e a carga fiscal que resultaria da aplicação da taxa de imposto ao resultado antes de impostos do Grupo:

Reconciliação dos impostos sobre os lucros	31.12.14	31.12.13
Resultado antes de impostos	23.432	34.214
Imposto calculado à taxa de imposto média ponderada do Grupo de 33% (2013: 29%)	(7.633)	(9.892)
Efeito de:		
- Despesas não dedutíveis para efeitos fiscais	(172)	(201)
- Alterações nas taxas de imposto	(338)	(104)
- Ajustamentos de anos anteriores	(645)	(1.269)
- Lucro não sujeito a imposto	(30)	5.259
- Lucro da subsidiária em Cayman	-	(1.319)
- Impostos sobre os lucros mínimo	(29)	(29)
- Perdas fiscais não recuperadas	(1.001)	(3.134)
- Dupla tributação	(1.053)	-
Impostos sobre os lucros	(10.901)	(10.689)

Nota 39 - Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, não há saldos de empréstimos ou depósitos com os membros do Conselho de Administração do Banco e das suas subsidiárias. Para divulgações referentes às transacções de pagamento baseado em acções, ver **Notas 23 e 35**.

O Grupo regista os seguintes saldos com partes relacionadas:

Partes relacionadas	31.12.14				Total
	Itaúsa Europa Investimentos, SGPS	Itaúsa Portugal, SGPS	IPI	Itaú Unibanco Group (Brazil) (1)	
Activos:					
Derivados	-	-	-	33.045	33.045
Disponibilidades e plicações em Instituições de Crédito	-	-	-	40.750	40.750
Investimentos em associadas e subsidiárias	-	-	28.443	-	28.443
Outros activos	61	86	26	7.292	7.465
	61	86	28.469	81.087	109.703
Passivos:					
Derivados	-	-	-	13.358	13.358
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	-	223.252	223.252
Recursos de Clientes e outros empréstimos	528	8.517	58.083	55.616	122.744
Passivos subordinados	-	-	-	30.055	30.055
Outros passivos	-	-	-	984	984
	528	8.517	58.083	323.265	390.393
Resultados:					
Juros e rendimentos similares	-	-	-	468	468
Juros e encargos similares	-	(47)	(168)	(2.696)	(2.911)
Resultados em operações financeiras	-	-	-	5.652	5.652
Comissões recebidas	-	-	-	-	-
Comissões pagas	-	-	-	(4.160)	(4.160)
Outros proveitos	-	-	-	8.278	8.278
Outros custos	-	-	-	-	-
	-	(47)	(168)	7.542	7.327
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	-	-	-	397.283	397.283
Garantias prestadas	-	-	-	83.917	83.917
Operações cambiais e outros instrumentos derivados					
Compra	-	-	-	1.040.715	1.040.715
Venda	-	-	-	997.466	997.466
	-	-	-	2.519.381	2.519.381

(1) Inclui as empresas Banco Itaú BBA S.A., Itaú Unibanco Nassau Branch, Itaú Unibanco S.A., Itaú Unibanco Cayman Branch, Itaú Unibanco New York Branch, Itaúbank (Cayman), Itaú USA Securities, Itaú UK Securities, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Uruguay, Banco Itaú Paraguay, Banco Itaú Argentina, Afincos Americas (Madeira), Itaú Bank&Trust.

	31.12.13				
	Itaúsa Europa		Itaú Unibanco Group		
	Investimentos, SGPS	Itaúsa Portugal, SGPS	IPI	(Brazil) (1)	Total
Activos:					
Derivados	-	-	-	36.524	36.524
Disponibilidades e plicações em Instituições de Crédito	-	-	-	24.602	24.602
Investimentos em associadas e subsidiárias	-	-	32.346	-	32.346
Outros activos	37	78	11	1.094	1.220
	<u>37</u>	<u>78</u>	<u>32.357</u>	<u>62.220</u>	<u>94.692</u>
Passivos:					
Derivados	-	-	-	15.938	15.938
Recursos de outras Instituições de Crédito	-	-	-	227.524	227.524
Recursos de Clientes e outros empréstimos	674	10.530	66.028	60.963	138.195
Passivos subordinados	-	-	-	30.059	30.059
Outros passivos	-	-	-	1.048	1.048
	<u>674</u>	<u>10.530</u>	<u>66.028</u>	<u>335.532</u>	<u>412.764</u>
Resultados:					
Juros e rendimentos similares	-	-	-	426	426
Juros e encargos similares	-	(1)	(134)	(4.901)	(5.036)
Resultados em operações financeiras	-	-	-	(8.584)	(8.584)
Comissões recebidas	-	-	-	12	12
Comissões pagas	-	-	-	(4.034)	(4.034)
Outros proveitos	-	-	-	4.103	4.103
Outros custos	-	-	-	(9.466)	(9.466)
	-	(1)	(134)	(22.444)	(22.579)
Extrapatrimoniais:					
Garantias recebidas	-	-	-	562.889	562.889
Garantias prestadas	-	-	-	98.280	98.280
Operações cambiais e outros instrumentos derivados					
Compra	-	-	-	1.403.704	1.403.704
Venda	-	-	-	1.371.744	1.371.744
	-	-	-	<u>3.436.617</u>	<u>3.436.617</u>

(1) Inclui as empresas Banco Itaú BBA S.A., Itaú Unibanco Nassau Branch, Itaú Unibanco S.A., Itaú Unibanco Cayman Branch, Itaú Unibanco New York Branch, Itaúbank (Cayman), Itaú USA Securities, Itaú UK Securities, Banco Itaú Chile, Banco Itaú Uruguay, Banco Itaú Paraguay, Banco Itaú Argentina, Afincos Americas (Madeira), Itaú Bank&Trust.

Nota 40 - Riscos Financeiros e Gestão de Capital

Com vista a melhorar a transparência e evitar duplicação desnecessária, as divulgações exigidas pelas IFRS sobre os riscos financeiros e recursos de capital estão incluídas dentro das secções Avaliação do Desempenho e de Gestão de Risco do Relatório Estratégico acima.

As divulgações relevantes foram marcadas como auditadas e podem ser encontradas da seguinte forma:

- Capital e Solvabilidade, páginas 11 a 12;
- Risco de crédito, páginas 15 a 20;
- Risco de mercado, páginas 20 a 22;
- Risco de liquidez, páginas 22 a 25.

Nota 41 - Outras divulgações

Os honorários facturados em termos consolidados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, durante o exercício de 2014, decompõem-se como segue:

Honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas	31.12.14
Revisão Legal de Contas e Auditoria	790
Outros Serviços de Garantia e Fiabilidade	366
	<u>1.156</u>

Relatório dos Auditores Independentes aos membros do Itau BBA International plc

Relatório sobre as demonstrações financeiras

A nossa opinião

Na nossa opinião, as demonstrações financeiras do Itau BBA International plc (“demonstrações financeiras”), conforme definidas abaixo:

- apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo à data de 31 de Dezembro de 2014, dos seus lucros e do seu fluxo de fundos referentes ao ano que terminou nessa data;
- foram adequadamente preparadas de acordo com as IFRS (*International Financial Reporting Standards* – Normas Internacionais de Reporte Financeiro) tal como adoptadas pela União Europeia; e
- foram preparadas em conformidade com os requisitos do *Companies Act 2006*.

Esta opinião deve ser lida no contexto do que é dito no restante relatório.

O que foi auditado

As demonstrações financeiras preparadas pelo Itau BBA International plc compreendem:

- o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014;
- a Demonstração dos resultados consolidados e a Demonstração de rendimento integral consolidado para o ano terminado nessa data;
- a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o ano terminado nessa data;
- a Demonstração de alterações do capital próprio consolidado para o ano terminado nessa data; e
- as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem o resumo das principais políticas contabilísticas e outras informações explicativas.

A estrutura de relato financeiro aplicada na preparação das demonstrações financeiras é a lei aplicável e as IFRS, tal como adoptadas pela União Europeia.

Na aplicação da estrutura de relato financeiro, os directores efectuaram uma série de avaliações subjectivas, como por exemplo no que respeita a estimativas contabilísticas relevantes. No cálculo dessas estimativas, efectuaram pressupostos e consideraram acontecimentos futuros.

Opinião sobre outras matérias determinadas pelo *Companies Act 2006*

Na nossa opinião, as informações contidas no Relatório dos Directores e no Relatório Estratégico referentes ao ano financeiro a que as demonstrações financeiras dizem respeito, são consistentes com as demonstrações financeiras.

Matérias sobre as quais temos a obrigação de relatar por excepção

Adequação dos registos contabilísticos, informação e explicações

De acordo com o *Companies Act 2006* a nossa opinião deve referir se:

- não recebemos todas as informações e explicações de que necessitamos para a realização da nossa auditoria, ou
- não foram mantidos registos contabilísticos adequados, ou se não foram recebidos resultados adequados à nossa auditoria provenientes de sucursais que não foram visitadas por nós; ou
- as demonstrações financeiras não estão em conformidade com os registos e resultados contabilísticos.

Não temos excepções a reportar resultantes desta responsabilidade.

Remuneração dos Directores

De acordo com o *Companies Act 2006* a nossa opinião deve referir se certas divulgações especificadas na lei sobre a remuneração dos Directores não são efectuadas. Não temos excepções a reportar resultantes desta responsabilidade.

Responsabilidades pelas demonstrações financeiras e pela auditoria

As nossas responsabilidades e as dos directores

Tal como explicado mais pormenorizadamente na Declaração de Responsabilidade dos Directores na página 31, os directores são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras e que estas reflectam uma posição verdadeira e apropriada.

A nossa responsabilidade é a de auditar e dar uma opinião sobre as demonstrações financeiras de acordo com a lei aplicável e as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda) ("ISAs (UK & Ireland)"). Tais normas exigem que cumpramos com as Padrões Éticos do Conselho de Práticas de Auditoria para Auditores.

Este relatório, incluindo as opiniões, foi preparado para o uso exclusivo dos membros da empresa enquanto organismo e de acordo com o Capítulo 3 da Parte 16 do *Companies Act 2006*, e para nenhum outro fim. Ao fornecer estas opiniões, não aceitamos ou assumimos responsabilidade para qualquer outro fim, ou por qualquer pessoa a quem este relatório for mostrado ou a quem possa ser mostrado ou enviado, salvo se expressamente autorizado previamente, por escrito.

O que envolve a auditoria das demonstrações financeiras

A auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (Reino Unido e Irlanda) ("ISAs (UK & Ireland)"). Uma auditoria abrange a obtenção de evidências sobre as importâncias e a divulgação dessas importâncias nos mapas da situação financeira suficiente para obter uma garantia razoável de que os mapas da situação financeira não contêm qualquer exposição material inexacta, quer seja provocada por fraude ou erro. Isto inclui uma avaliação dos seguintes aspectos:

- se as políticas contabilísticas são apropriadas para as circunstâncias da empresa e se foram aplicadas de forma consistente e devidamente divulgadas.
- a razoabilidade das estimativas contabilísticas significativas feitas pelos directores; e
- a apresentação global das demonstrações financeiras.

Numa fase inicial o trabalho desenvolvido teve foco nos aspetos acima referidos, comparando os julgamentos apresentados pelos Directores com as evidências disponibilizadas, formando os nossos próprios julgamentos e avaliando a sua divulgação nas demonstrações financeiras.

A informação disponibilizada foi examinada e testada com base em amostras e outras técnicas de auditoria com a extensão necessária de forma a obtermos evidências razoáveis que nos permitissem apresentar conclusões. Foram obtidas evidências de auditoria através de testes à efetividade dos controlos, procedimentos substantivos ou à combinação de ambos.

Para além disso, lemos todos os dados financeiros e não-financeiros contidos no Relatório Anual a fim de identificar inconsistências materiais com as demonstrações financeiras auditadas ou qualquer informação que aparentemente esteja materialmente incorreta baseada no, ou materialmente inconsistente com o, conhecimento por nós adquirido no decurso da execução da auditoria. Se tomarmos conhecimento de quaisquer distorções aparentes, materialmente relevantes, ou inconsistências consideramos as suas implicações no nosso relatório.

Michael Newman (*Senior Statutory Auditor*)

para e em nome de PricewaterhouseCoopers LLP
Chartered Accountants e Statutory Auditors
Londres
20/04/2015

- (a) A manutenção e a integridade do website do Itau BBA International plc é da responsabilidade dos directores; o trabalho realizado pelos auditores não envolve reflexão sobre estas questões e, por conseguinte, os auditores não aceitam qualquer responsabilidade por quaisquer alterações que possam ter ocorrido às demonstrações financeiras desde que foram inicialmente apresentadas no website.
- (b) A legislação do Reino Unido relativa à preparação e divulgação das demonstrações financeiras pode diferir da legislação em outras jurisdições.

Contactos

Para mais informações contacte:

Financial Institutions

Patrick Boatwright

Tel: +44 (0) 20 7663 7846

expert PDF
Trial

Itau BBA International plc | The Broadgate Tower, Level 20 | 20 Primrose Street, London | EC2A 2EW | tel +44(0)207 663 7830 | fax +44(0)207 663 7831

Authorised by the Prudential Regulation Authority and regulated by the Financial Conduct Authority and the Prudential Regulation Authority | Registered in England and Wales Nr.07425398

